



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – CFCH
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL – ESS

CARINE DE ALMEIDA GOULART

**TRANSEXUALIDADE E ENVELHECIMENTO NO BRASIL:
algumas reflexões sobre o viver e o envelhecer da população trans**

Rio de Janeiro
Dezembro de 2024

CARINE DE ALMEIDA GOULART

**TRANSEXUALIDADE E ENVELHECIMENTO NO BRASIL:
algumas reflexões sobre o viver e o envelhecer da população trans**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Escola de Serviço Social da Universidade Federal do
Rio de Janeiro (UFRJ), como parte dos requisitos
necessários à obtenção do grau de bacharel em
Serviço Social, sob a orientação de Mably Trindade.

CIP - Catalogação na Publicação

G694t Goulart, Carine de Almeida
Transexualidade e envelhecimento no Brasil:
algumas reflexões sobre o viver e o envelhecer da
população trans / Carine de Almeida Goulart. -- Rio
de Janeiro, 2024.
82 f.

Orientadora: Mably Jane Trindade.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de
Serviço Social, Bacharel em Serviço Social, 2024.

1. Transexualidade. 2. Envelhecimento. 3.
Relações de Gênero. 4. Sexualidade. 5. Serviço
Social. I. Trindade, Mably Jane, orient. II. Título.

CARINE DE ALMEIDA GOULART

**TRANSEXUALIDADE E ENVELHECIMENTO NO BRASIL:
algumas reflexões sobre o viver e o envelhecer da população trans**

TCC aprovado em _____ de 2024.

Banca Examinadora

Prof.^a Dra. Mably Trindade (orientadora)
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Prof.^a Dra. Andrea Moraes
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Prof. Dr. Guilherme Almeida
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ



**ATA – BANCA EXAMINADORA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)**

Estudante: Carine de Almeida Goulart	DRE: 116171828
--	--------------------------

Título do TCC:

TRANSEXUALIDADE E ENVELHECIMENTO NO BRASIL: algumas reflexões sobre o viver e o envelhecer da população trans

Composição da Banca

Presidente da banca e orientadora: Prof.^a Dra. Mably Jane Trindade Tenenblat

Assinatura:

Membro da banca: Prof.^a Dra. Andrea Moraes

Assinatura:

Documento assinado digitalmente
gov.br ANDREA MORAES ALVES
Data: 05/12/2024 11:11:21-0300
Verifique em <https://validar.itd.gov.br>

Membro da banca: Prof. Dr. Guilherme Almeida

Assinatura:

Documento assinado digitalmente
gov.br GUILHERME SILVA DE ALMEIDA
Data: 06/12/2024 15:31:08-0300
Verifique em <https://validar.itd.gov.br>

Parecer:

<input checked="" type="checkbox"/> APROVADO	<input type="checkbox"/> APROVAÇÃO CONDICIONADA*	<input type="checkbox"/> REPROVADO**
--	---	--------------------------------------

Data de realização da banca

04 | 12 | 2024

* Em caso de “aprovAÇÃO condicionada”, pontue as indicações da banca para o TCC, em parecer.

** Em caso de “reprovação” pontue as indicações da banca para o TCC e indique uma nova data para a realização de nova banca, em parecer.

OBSERVAÇÕES:

Dedicatória

A todas as pessoas inconformadas, dissidentes da normatividade. Dedico esse trabalho, ainda, para quem luta, para quem cansou, para quem vem e para quem foi. E pelo direito de viver para além de lutar...

Que será (À flor da terra)

(Canção de Chico Buarque e Milton Nascimento, publicada em 1976).

*O que será que será
Que andam suspirando pelas alcovas
Que andam sussurrando em versos e trovas
Que andam combinando no breu das tocas
Que anda nas cabeças, anda nas bocas
Que andam acendendo velas nos becos
Que estão falando alto pelos botecos
Que gritam nos mercados que com certeza
Está na natureza, será que será
O que não tem certeza, nem nunca terá
O que não tem conserto, nem nunca terá
O que não tem tamanho*

*O que será que será
Que vive nas ideias desses amantes
Que cantam os poetas mais delirantes
Que juram os profetas embriagados
Que está na romaria dos mutilados
Que está na fantasia dos infelizes
Que está no dia-a-dia das meretrizes
No plano dos bandidos, dos desvalidos
Em todos os sentidos, será que será
O que não tem decência nem nunca terá
O que não tem censura nem nunca terá
O que não faz sentido*

*O que será que será
Que todos os avisos não vão evitar
Porque todos os risos vão desafiar
Porque todos os sinos irão repicar
Porque todos os hinos irão consagrar
E todos os meninos vão desembestar
E todos os destinos irão se encontrar
E mesmo o Padre Eterno que nunca foi lá
Olhando aquele inferno, vai abençoar
O que não tem governo, nem nunca terá
O que não tem vergonha nem nunca terá
O que não tem juízo...*

AGRADECIMENTOS

*“Afeto é força e cura”.*¹
Matheus Vieira (@desavexe)

A graduação chegou em um momento da minha vida em que tudo parecia nebuloso e distante dos sentidos. Entrar na Universidade proporcionou-me, portanto, novas esperanças e perspectivas de vida. Diante disso, paulatinamente fui construindo redes de afeto e suporte, vivenciando novas experiências, descobrindo novas possibilidades, e me deparei com uma porta que jamais se fechará: a do direito e expansão do conhecimento. Hoje acredito ainda mais nas impermanências e no reinventar da vida.

A minha trajetória não foi simples, muito menos fácil. Inicia-se com uma precoce, significativa e sintomática partida de um grande amor, em 2016, e transcorre com a beleza da impermanência, do ir e vir, do reconstruir, das novas chegadas e outras novas despedidas.

A vida acontece vorazmente, e entre o microcosmo das questões pessoais e as demandas do mundo externo – além de uma pandemia mundial no caminho – encontrei forças no acolhimento e afeto: no meu próprio ser e no dos outros.

Por tais razões – e muito mais – agradeço a mim mesma por ter chegado até esse importante momento, e ter buscado em pessoas queridas e profissionais o apoio para que isso se tornasse possível. Agradeço, sobretudo, por ter desistido algumas vezes, feitos escolhas socialmente inusitadas, por ter tomado outros rumos, por ter ido para outros cantos, e, sobretudo, por ter compreendido e legitimado o meu tempo. Para tanto, sou grata a todos que contribuíram com a minha formação pessoal e profissional:

À Shirley, Ronaldo e Virgínia, minha família de sangue e coração, que viabilizaram meu ingresso na Universidade e me deram muito suporte desde a matrícula e em todos esses muitos anos de formação. Além disso, aguardaram pacientemente o final desse processo e compreenderam minhas ausências.

À minha psicóloga, Alice Drumond, que – em toda sua sensibilidade e profissionalismo – corroborou com a elaboração e maturidade dos eventos, emoções e sentimentos cotidianos.

¹ Trecho retirado do site: <https://www.instagram.com/p/CeuK-4NIX0r/>.

Ao corpo docente e técnicos da Escola de Serviço Social da UFRJ, que fizeram parte da minha formação e subjetividade. Agradeço, principalmente, a Andrea Moraes, Gracyelle Costa, Guilherme Almeida e Leile Teixeira, pessoas ilustres e poéticas, que, com muito conhecimento, experiência e amabilidade transformaram meu ser, meu olhar profissional e, por muitas vezes, talvez sem saber, acalmaram o coração desesperado da universitária que vos escreve.

À Mably Trindade, minha orientadora, quem me acolheu com muito afeto, e abriu um leque de conhecimento e referências preciosas. No decorrer da elaboração deste trabalho, diante de períodos e processos mais difíceis, Mably me puxou para si e, juntas, equilibramos nosso tempo, espaços e forças. Agarrei-me, muitas vezes, às suas palavras de incentivos e acalanto para prosseguir.

À banca examinadora formada pela professora Andrea e pelo professor Guilherme. Agradeço, inicialmente, por ter encontrado um tempo em suas agendas para participar desse momento tão importante de fechamento de um ciclo e pela generosidade na leitura atenta e nas contribuições que farão a esta pesquisa.

Às amizades e amores que fizeram parte, seja pela escuta, incentivos, colo, conselhos e oportunidade de compartilhar dores e alegrias, estudos e lazer, agradeço e dedico esse trabalho de conclusão de curso e encerramento de um ciclo, especialmente: à Kadígia, que há dez anos está ao meu lado de diversas maneiras, vivendo e compartilhando a vida, chorando de rir e, às vezes, rindo para não chorar. Agradeço pelos incentivos, pelo carinho e palavras de afirmação frequentes. Agradeço a escuta tão atenta e sensível, que, por diversas vezes, encarou inúmeros desabafos em esporádicos, mas intensos, encontros, e longos áudios e textos no *whatsapp*. Mesmo que na maior parte do tempo à distância a Kah se faz presente no meu dia a dia, e é como um porto seguro.

À Maria, Isabel, Katharina, Ludmila, Tay e Lívia, ainda que cada uma em um canto diferente do país ousamos construir um vínculo lindo de trocas, e fazer parte das aventuras e desventuras da vida umas das outras. Partilhamos momentos muito importantes e sensíveis, e a minha graduação só fez sentido porque do apoio que me transmitiram, cada uma a sua maneira, cada maneira com suas peculiaridades.

À Mari e Nay, que tive a felicidade de conhecer no primeiro dia de aula na faculdade e, ainda que com os reveses da vida adulta, foram e são fundamentais desde então. Nós três compartilhamos muitas histórias e afetamentos, e até hoje sinto a nossa conexão em expansão. Agradeço as inesgotáveis conversas exploratórias

sobre a nossa existência e tudo que nos afeta – das neuroses compartilhadas ao alívio em compartilhar. Nossa encontro, para mim, é um privilégio.

Ao Pietro e Gabriel que acompanharam de pertinho a parte final da minha formação, e a integralidade da construção deste trabalho, agradeço por acreditarem e vibrarem a cada ínfima conquista, e me acolherem nos momentos mais difíceis, especialmente quando a ansiedade e o desespero faziam morada.

Ao Pi agradeço imensamente o suporte e dedicação em fazer desse momento menos solitário e menos pesado de várias maneiras. Agradeço a imensidão de amor, pelos espaços, cuidados, escuta, sensibilidade, acolhimento e compreensão, que foram fundamentais nesses últimos tempos de altíssimos e baixíssimos.

De maneira singular e ao mesmo tempo plural, direta e indiretamente, guardo com carinho cada movimento que fizeram para que eu repusesse minhas energias e prosseguisse.

De cada um/a/e a presença, o suporte e carinho que é possível. E de todos/as/es, mencionados/as/es ou não, eu me construí e me construo continuamente. Agradeço e fortaleço minha rede, pois apenas no coletivo a vida faz sentido.

Por último, gostaria de agradecer a passagem de Ricardo Tavares (em memória) na minha vida, que se encerrou três meses antes do meu ingresso na Universidade. Planejamos essa etapa juntos, mas a vida não guarda promessas. A vida guarda surpresas e a nós cabe a capacidade de nos fazer e refazer. Ricardo foi luz, otimismo, inteligência, sagacidade, bom humor e muito, muito, muito amor. Acredito que somos feitas/os de história, portanto, o levo em mim, em quem eu sou, e nas lembranças que me acompanharam ao longo de toda a minha graduação – e continuam. Registro aqui não apenas seu nome, mas a importância e a honra de ter compartilhado uma vida com ele.

RESUMO

GOULART, Carine A. Transexualidade e Envelhecimento no Brasil: algumas reflexões sobre o viver e o envelhecer da população trans. Trabalho de Conclusão de Curso. Escola de Serviço Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, dezembro de 2024.

O presente trabalho de conclusão de curso tem como objeto precípuo de análise o debate sobre o envelhecimento da população trans brasileira. Assim, o objetivo geral da pesquisa consiste em compreender as trajetórias de vida das pessoas trans, seus modos de construção de redes afetivas, suas dificuldades de inserção nos espaços da vida em sociedade, bem como os desafios de viver e envelhecer numa sociedade etarista e cis heteronormativa. Com tal propósito, pretende-se considerar os seguintes objetivos específicos: a) apropriar-se da bibliografia sobre o tema; b) dialogar com as principais referências intelectuais e teóricas; c) apresentar os marcadores de gênero, raça e classe, enquanto chaves de análise fundamentais à compreensão de suas causas e efeitos na subjetividade e expressão social de indivíduos trans; d) abordar os impactos na vivência da população trans; e) analisar a conjuntura e reflexos do envelhecer da população trans; f) apresentar dados e estatísticas acerca dos temas sublinhados: envelhecimento, sexualidade e pessoas trans; g) informar algumas possibilidades de atuação e intervenção do Serviço Social nesse contexto, que ainda está bastante longe de ser o ideal, mas não se pode desconsiderar as tímidas conquistas e avanços. Com relação à metodologia adotada, cumpre destacar que a pesquisa acerca do tema foi desenvolvida a partir de estudos e levantamentos bibliográficos e eletrônicos de artigos, dissertações, teses e livros, com o objetivo de analisar as especificidades de uma temática considerada de profunda relevância. Além disso, foram utilizados trabalhos acadêmicos elaborados ao longo da graduação em disciplinas eletivas que conversam diretamente com esta temática. Logo, os trabalhos acadêmicos produzidos para as disciplinas que dialogavam com o presente objeto de pesquisa contribuíram, sobremaneira, na organização desse estudo. Por fim, durante toda a construção do presente trabalho, foram utilizadas as bases de dados da Scielo e do Google Acadêmico, enquanto instrumentos de pesquisa a partir da busca por palavras-chave e descritores que me direcionaram a artigos que poderiam conter elementos que fomentassem o processo argumentativo sobre um determinado assunto. Com relação ao referencial teórico, foram utilizadas reflexões de autoras e autores fundamentais à discussão, tais como: Berenice Bento (2008, 2012, 2017), Guilherme Almeida (2012), Judith Butler (2015, 2019), Mably Trindade (2014, 2015, 2019, 2022), Silvana Marinho (2019, 2021), dentre outras.

Palavras-Chave: Transexualidade. Envelhecimento. Relações de Gênero. Sexualidade. Serviço Social.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Afro-Cebrap	Núcleo de Pesquisa e Formação em Raça, Gênero e Justiça Social – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
ANAMATRA	Associação Nacional dos Magistrados da Justiça e do Trabalho
ANTRA	Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil
APA	Associação Psiquiátrica Americana
ASTRA-Rio	Associação de Travestis e Transexuais do Rio de Janeiro
CF	Constituição Federal
CFCH	Centro de Filosofia e Ciências Humanas
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CFM	Conselho Federal de Medicina
CID	Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
DSM-IV	<i>Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders</i> (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais)
ESS	Escola de Serviço Social
HBIGDA	<i>Harry Benjamin International Gender Dysphoria Association</i>
HIV/AIDS	<i>Human Immunodeficiency Virus/ acquired immunodeficiency syndrome</i> (Vírus da imunodeficiência humana/ Síndrome da imunodeficiência adquirida)
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IMS/UERJ	Instituto de Medicina Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro
LGBTQIAPN+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, Queer, Intersexo, Assexual, Pansexual, Não-bináries
MS	Ministério da Saúde
OMS	Organização Mundial da Saúde
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNI	Política Nacional do Idoso
RESSEGE	Rede Serviço Social Sexualidade e Diversidade de Gênero
SOC	<i>State of care</i> (Normas de Tratamento)
STF	Supremo Tribunal Federal
SUS	Sistema Único de Saúde
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
A escolha do objeto de pesquisa.....	13
Objetivos: geral e específicos:.....	18
Metodologia de pesquisa	18
Estrutura do Trabalho de Conclusão de Curso	19
1. A CATEGORIA GÊNERO EM DISCUSSÃO	21
1.1 O Gênero enquanto categoria de análise histórica	21
1.2 Consensos e dissensos na seara de gênero.....	25
1.3 A Indissociabilidade entre os marcadores de gênero, raça e classe.....	28
1.3.1 Violências de gênero sob o prisma da Interseccionalidade.....	30
2. A TRANSEXUALIDADE EM PAUTA: HISTÓRIA E MARCAS DO TEMPO	38
2.1 Alguns elementos para se pensar a transexualidade	38
2.2 Os primórdios dos debates sobre transexualidade no mundo.....	42
2.2.1. A transexualidade no Brasil: breve contextualização	48
3. O ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO TRANS NO BRASIL	53
3.1 Envelhecimento e velhice: concepções atuais	53
3.2 O envelhecimento da população cisgênera no Brasil: produção e reprodução da vida (i)material.....	57
3.3 Mudanças no perfil do envelhecimento da população brasileira	62
3.4 Expectativa de vida da população trans	63
CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
REFERÊNCIAS.....	74

INTRODUÇÃO

*Somos feitas/os de batalhas, cicatrizes, expulsões, disforias. Somos consumidas/os pela vontade, criatividade, persistência, emancipação
Somos uma multidão Resistimos.¹²*

A escolha do objeto de pesquisa

O envelhecimento é reconhecido como parte do ciclo natural da vida, e essa etapa evoca múltiplos sentimentos e pensamentos para qualquer pessoa: da realização ao medo. Contudo, para determinados grupos o que predomina é a experiência de negação do direito ao processo de longevidade.

A forma idealista e “natural” que o envelhecimento tem sido apresentado, não atende aos múltiplos condicionantes que compõem os sujeitos e a vida enquanto social – sociopolítica; socioeconômica etc. Não há, assim, um envelhecimento homogêneo (TEIXEIRA, 2009). Aspectos como raça, gênero, sexualidade, classe, entre outros, agudizam essa trajetória, que já se espera com dificuldades. Nesse sentido, infelizmente, para a população trans – por sua história circunscrita pela patologização e outras violências – o envelhecimento está intimamente marcado pela insegurança, negligência, abandono, exclusão, entre outras formas de injustiças e desumanidade.

De acordo com França (2024) em uma matéria para o site Rede Lume³, “em uma sociedade altamente transfóbica, envelhecer ainda é raro para a comunidade trans, especialmente mulheres transexuais e travestis. Aos 40 anos elas já são consideradas longevas”.

Segundo o Dossiê da Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (Antra), em 2023, o país manteve o triste recorde de ser aquele que mais registra homicídios de pessoas trans pelo 15º ano consecutivo, destacando-se, ainda, pelas numerosas violações da dignidade e dos direitos humanos (BENEVIDES, 2024b).

Neste alarmante cenário, revela-se que a expectativa de vida das pessoas trans é de 35 anos, na média, ou seja, quase metade da idade estipulada pelo Estatuto

² Trecho extraído do livro Nós Trans: escrevivências de resistências, 2017.

³ Disponível em: <https://redelume.com.br/2024/01/29/envelhecer-um-desafio-pessoas-trans/> Acesso em 11 out 2024.

da Pessoa Idosa (Lei Nº 10.741/2003)⁴. Isto posto, cabe destacar que, para além da compreensão cronológica concernente ao envelhecimento, os dados discrepantes contêm em seu interior subnotificações, marcadores e matizes que dão diversos tons e interpretações para essa conjuntura (BENEVIDES, 2024b).

A perseguição às pessoas LGBTQIAPN+⁵, desde a infância e, aqui, se ressalta a população Trans e Travesti – não coincidentemente correlata às relações e estrutura de gênero – exclui, invisibiliza e violenta a subjetividade dos sujeitos, bem como a (im)possibilidade de existir e ser no mundo.

Os reflexos desse movimento de desumanização mostram-se na personalização do sujeito e na sobrevivência em sociedade. Nessa esteira, como é possível constituir-se como sujeito de desejos e sonhos, quando a maior preocupação ainda é sobreviver?

E quando a sua identidade é uma grande negação à estrutura cis-heteronormativa e binária de gênero? Existe uma grande batalha a ser travada contra todo um cis-tema heteronormativo e binário-excludente que cotidianamente violenta corpos destoantes da normatividade (CARDOSO, 2017, p. 21).

Dado esse cenário, é urgente aprofundar acerca dos atravessamentos e enfrentamentos na experiência trans, sobretudo no envelhecimento desta população, ao longo da história e no contexto atual, pensando as relações sociais e o modo de produção capitalista que “não é voltado para as necessidades humanas, visto que o capitalismo deteriora as relações sociais e esvazia a noção de direitos, desvinculando-os do parâmetro de justiça e igualdade” (TRINDADE, 2015, p. 230).

No sentido do que fora apresentado acima, iniciei minhas leituras com a pretensão de enveredar pela temática da saúde mental da população trans, instigada pelos debates e acervos compartilhados nas disciplinas sobre gênero e sexualidade que cursei na graduação de Serviço Social, quais sejam: “Relações de gênero”, oferecida no segundo semestre de 2019 e inserida no currículo obrigatório para a formação; e “Serviço Social e sexualidade: implicações para o trabalho profissional à

⁴ “Art. 1º É instituído o Estatuto da Pessoa Idosa, destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos” (Lei Nº 10.741/2003) Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm Acesso em 11 out 2024.

⁵ De acordo com Cartilha de Direitos da Comunidade LGBTQIAPN+ (2023/2025), elaborada pela comissão correspondente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça e do Trabalho (Anamatra), a sigla abrange pessoas que são Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais/Travestis, Queer, Intersexo, Assexuais, Pan, Não-binárias e mais. Disponível em https://www.anamatra.org.br/images/LGBTQIA/CARTILHAS/Cartilha_Comissão_LGBTQIAPN.pdf. Acesso em 30 de setembro de 2024

luz das ciências sociais”, no primeiro semestre de 2021⁶, ofertada como Núcleo Temático. Ambas foram ministradas pelo ilustre Prof. Dr. Guilherme Silva de Almeida. A sensibilidade e as provocações importantes que o professor Guilherme apresentava nos debates propostos em sala de aula, despertaram-me incômodos acerca da legitimação – ou inteligibilidade – da cis⁷ heteronormatividade, do patriarcado e da branquitude, que permitem um distanciamento enquanto as vivências perseguidas são do *outro*.

Em outro momento cogitei lançar luz ao debate acerca da empregabilidade das pessoas trans – que, logicamente, atravessa e é atravessada também pela saúde mental. Este último tema foi germinado pelo texto “A Necessária Rediscussão da Categoria Divisão Sexual do Trabalho: inferências a partir de análises de experiências trans”, de Carolina Gonçalves Santos de Brito, Carla Cristina Lima de Almeida e Guilherme Silva de Almeida, publicado no ano de 2020. O contato com o texto ocorreu em sala de aula, na disciplina de Serviço Social Contemporâneo, ministrado pela querida professora e assistente social Carolina Alves de Oliveira, no primeiro semestre de 2023.

Além disso, a partir da minha experiência de estágio no Serviço Social do Hospital Municipal Rocha Maia (2023-2024), percebi que não havia qualquer contato ou preparo de profissionais para lidar com questões de gênero e sexualidade. Ao atender um casal de homens cisgêneros, brancos, casados e extremamente cuidadosos e conscientes de seus direitos, fui tomada pelas inquietações em relação aos vazios, ausências, e apagamentos que aquele espaço – ainda que legal e pretensamente público – expressa.

Por último, mas não menos importante, o objeto de análise foi definido e reafirmado quando do contato com relatos próprios de pessoas trans e travestis mais

⁶ Em razão da pandemia de COVID-19 o calendário acadêmico precisou ser repensado, dessa forma a disciplina realizada no início do ano de 2021 refere-se (em documentos) ao segundo semestre de 2020.

⁷ Em “O Cis Pelo Trans”, Amara Moira Rodovalho (2017, p. 366) explica que o termo cis deriva de trans, mas surge muito tempo depois. A referida autora (*idem*) problematiza o lugar das nomenclaturas enquanto reducionistas, mas, em grande parte, anunciadoras de quem fala. Nessa perspectiva, ao contrário de trans, cis é toda pessoa que se identifica com o gênero atribuído ao nascimento. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n1p365>

velhas, e minha experiência como espectadora de apresentações de performances de *drag queens* e *drag kings*⁸.

Neste primeiro contato mencionado, dou ênfase ao documentário *Divinas Divas* (2016), que, como pude observar, retratou a cena artística, a partir dos anos de 1960, como um espaço de acolhimento, expansão de ser e revelação de si. No entanto, os relatos sobre a ausência de rede ou suporte são expressos com o avanço da idade, e o cansaço do corpo. Muitas delas passaram por adoecimentos em situação de precariedade, vulnerabilidade social e econômica, perpassadas pela invisibilidade social e estatal.

Em um segundo momento, complementar ao documentário citado, em maio de 2024, tive a honra de prestigiar apresentações de performances de *drag queens* e *drag kings* em um local chamado The Pride Bar, na Lapa/RJ. Diante das ruminações que já me coabitavam, apesar do próprio lazer pretendido, fiquei observando a intensidade das apresentações e, posteriormente, as artistas, que terminavam de se desmontar no meio da plateia, entre amigos e amigas. Notei pessoas alinhadas ao feminino, que apareciam envelhecimento, e, uma em especial, chamou-me a atenção para o cansaço declarado por ela em seu grupo: dos movimentos de dança em cima de saltos altos, do espartilho apertado, do calor causado pelas roupas etc.

Nesse trajeto contei com o compartilhamento de saberes e referências da minha orientadora Profª. Drª. Mably Trindade, que se debruçou sobre a temática da diversidade de gênero ao longo de sua formação e carreira. Além de me apresentar conteúdos riquíssimos, Mably também me agregou e me aproximou dos projetos atuais os quais faz parte, como a disciplina “A Trajetória dos Estudos Trans no Brasil”, no segundo semestre de 2024, e o projeto de pesquisa e extensão “Rede Serviço Social Sexualidade e Diversidade de Gênero (RESSEGE)⁹”.

Obviamente, as inquietações com as questões de gênero e sexualidade não emergiram a partir das motivações mencionadas acima. Eu sou (e estou) à medida que somos (e estamos) marcadas/os por uma estrutura normativa.

⁸ De acordo com o caderno Transfobia (CFESS, 2016, p. 12), “Drag queens, drag kings, transformistas, performers são artistas que costumam encenar performances e personagens do outro gênero, para fins de entretenimento e produção artística. Estas performances e personagens não são mantidas durante sua vida cotidiana”. Ver mais em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-Caderno04-Transfobia-Site.pdf>

⁹ O projeto em questão é voltado à formação continuada de assistentes sociais e estudantes de Serviço Social e, atualmente, tem sido coordenada pelo professor Guilherme Almeida e pela professora Mably Trindade – ambos do corpo docente efetivo da Escola de Serviço Social da UFRJ.

Se somos seres sociais – e o somos! –, produtos e produtores de sociedades, e, se por meio da história, já conhecemos inúmeras culturas, podemos afirmar que o que temos e o que somos não são fixos ou imutáveis. A maneira como nos relacionamos com o mundo não é dada naturalmente, é, pois, construída socialmente.

Portanto, considero fundamental reforçar aos leitores que a cada linha de leitura e escrita houve uma aproximação e distanciamento concomitante das questões defrontadas, visto que à medida que desvelo a “*cistemática*” interseccional, que hierarquiza e explora determinados grupos em detrimento de outros, evidencio meus próprios marcadores e lugares de privilégios e violências.

Cabe aqui uma breve exposição do lugar do qual eu falo: sou uma mulher cisgênera; tenho, atualmente, 29 anos de idade; sou branca; bissexual/pansexual; não-monogâmica com viés político; sem religião ou crença determinada; usuária ativa e defensora dos dispositivos do SUS; e, apesar da atual condição de desemprego, tenho uma rede de apoio ampla que me permite sobreviver sem a necessidade imperativa de uma ocupação remunerada e ou de contribuição financeira para a minha subsistência – ou de outrem.

Ademais, falar sobre relações de gênero e sexualidade, com toda a base teórico-crítica que a formação em Serviço Social na UFRJ me proporcionou, explica e dá sentido dialético às estruturas societárias e aos direcionamentos econômicos, políticos e sociais que vivemos e conhecemos. Percebo e reforço a importância de apreender o Projeto Ético Político do Serviço Social para compreender as refrações da “questão social” na contemporaneidade, bem como os atravessamentos que buscam e dão sentido – ao mesmo tempo – à esta teia complexa de movimentos, que de maneira alguma são naturais, mas, sobretudo, sociais.

É importante para o Serviço Social, pautado no Código de Ética Profissional (2012), acerca da defesa intransigente e garantia dos direitos humanos, articulando-se ao demais princípios fundamentais da profissão, dar conta dessa discussão, que não é recente, mas persiste em protagonizar números de agonia. É urgente aliar-se e fortalecer o debate para que as conquistas sejam cada vez mais vistas, mais comuns e menos sofridas; e para que os – limitados – dados em relação a comunidade LGBTQIAPN+ aumentem em vida e ocupação, sobre o que se quer e não sobre o que lhes resta.

Este é um trabalho inacabado, pois o leque de experiências coletivas e particulares é inesgotável, bem como a incansável transformação da vida e suas tecnologias sociais – e de produção e reprodução da vida (i)material.

Objetivos: geral e específicos:

Cabe mencionar que o objetivo geral do presente trabalho de conclusão de curso reside em compreender as trajetórias de vida das pessoas trans, seus modos de construção de redes afetivas, suas dificuldades de inserção nos espaços da vida em sociedade, os desafios, especialmente relacionados ao envelhecimento da população trans brasileira, e das dores e delícias de enfrentar uma sociedade etarista e cis heteronormativa.

Com tal propósito, pretende-se considerar os seguintes objetivos específicos:

- a) Apropriar-se da bibliografia sobre o tema;
- b) Dialogar com as principais referências intelectuais e teóricas;
- c) Apresentar as relações de gênero, raça e classe enquanto chaves de análise fundamentais à compreensão de suas causas e efeitos na subjetividade e expressão social de indivíduos trans;
- d) Abordar os impactos na vivência da população trans;
- e) Analisar a conjuntura e reflexos do envelhecer da população trans;
- f) Apresentar dados e estatísticas acerca dos temas sublinhados: envelhecimento, sexualidade e pessoas trans;
- g) Informar algumas possibilidades de atuação e intervenção do Serviço Social nesse contexto, que ainda está bastante longe de ser o ideal, mas não se pode desconsiderar as tímidas conquistas e avanços.

Metodologia de pesquisa

Com relação ao percurso metodológico, trata-se de uma abordagem qualitativa realizada por meio dos conteúdos apreendidos ao longo da graduação, a partir de estudos e levantamentos bibliográficos e eletrônicos de artigos, dissertações, teses e livros.

Além disso, foram utilizados diversos trabalhos acadêmicos elaborados ao longo da graduação e produzidos para as disciplinas que dialogavam com o presente objeto de pesquisa e que contribuíram, sobremaneira, na organização desse estudo.

Concomitante à produção deste trabalho de conclusão de curso, participei em alguns eventos como ouvinte do projeto de pesquisa e extensão RESSEGE. E aqui destaco novamente a minha experiência com a disciplina “A Trajetória dos Estudos Trans no Brasil”, ministrada por Mably – cujos debates e discussões foram de fundamental importância para o fechamento deste trabalho.

Por fim, as principais referências teóricas que influenciaram a construção dessa pesquisa foram: Berenice Bento (2008, 2012, 2017), Guilherme Almeida (2012), Judith Butler (2015, 2019), Mably Trindade (2014, 2015, 2019, 2022), dentre outras.

Além das/os/es intelectuais mencionadas/os/es, foram utilizadas/os/es para um maior aprofundamento teórico, também, Angela Davis (2016), bell hooks (2015), Judith Butler (2015, 2019), Márcia Arán, Daniela Murta (2008, 2009), Solange Teixeira (2009), dentre outras.

Estrutura do Trabalho de Conclusão de Curso

O presente trabalho foi estruturado em introdução, três capítulos e considerações finais.

No primeiro capítulo, pretende-se abordar a categoria gênero enquanto uma categoria de análise crítica, que não pode ser compreendida divorciada da discussão de raça e classe. A partir das leituras e estudos aqui apresentados, comprehende-se que para dar início e desenvolver fecundas reflexões acerca das vivências trans, faz-se necessário adentrar o campo de debates e disputas concernentes às concepções de gênero ao longo da história, e para diferentes atores sociais. Da mesma forma, tais considerações informam raça e classe como atravessamentos incontestes na formação e experiência das identidades;

O segundo capítulo, por sua vez, analisa algumas controvérsias em torno do debate da transexualidade, que tem como ponto de partida os discursos médicos e das ciências PSI¹⁰. Nesse escopo, o capítulo aborda a patologização da transexualidade, as violências sofridas no percurso, bem como as lutas, resistências e conquistas para uma atenção digna e humana direcionada a essa população. Cumpre mencionar também a atuação do Sistema Único de Saúde (SUS), enquanto uma política que tem como princípios doutrinários a Universalização, a Equidade e a Integralidade (Lei 8080/90).

¹⁰ Refere-se à Psiquiatria, Psicologia e Psicanálise.

No terceiro capítulo, são discutidas algumas questões relacionadas ao fenômeno do envelhecimento, como este se configura no Brasil e a atual mudança no perfil da população idosa brasileira nos últimos anos, com destaque principal aos atravessamentos que afetam a população trans.

1. A CATEGORIA GÊNERO EM DISCUSSÃO

Não há nada por traz de um gênero que garanta sua ontologia e nenhuma razão para supor que os gêneros devam permanecer em número de dois.

(Judith Butler, 1999, apud Guimarães, 2012, p. 150).

Como mencionado anteriormente, no presente capítulo, pretende-se abordar a categoria gênero enquanto uma categoria de análise crítica, que não pode ser compreendida divorciada da discussão de raça e classe.

A partir das leituras e estudos aqui apresentados, comprehende-se que para dar início e desenvolver fecundas reflexões acerca das vivências trans, faz-se necessário adentrar o campo de debates e disputas concernentes às concepções de gênero ao longo da história, e para diferentes atores sociais. Da mesma forma, tais considerações informam raça e classe como atravessamentos incontestes na formação e experiências identitárias.

Ademais, o capítulo lança luz às disputas envolvidas na seara de gênero, o artifício falacioso da “ideologia de gênero”, bem como as polêmicas e dissensos dos estudos sobre o tema nos últimos anos.

1.1 O Gênero enquanto categoria de análise histórica

Quando se discute gênero, não se pode omitir a importância das ondas do movimento feminista, pois suas reivindicações eram por direitos sociais e políticos, além de realizar críticas às construções sociais embasadas em teorias eurocêntricas, patriarcais, machistas e racistas.

De acordo com as reflexões de Ivone Caetano (2017), a primeira onda emergiu no final do século XIX e início do século XX, sendo relacionada à reivindicação de direitos políticos, sociais e econômicos. Naquele contexto, formou-se um grande processo de luta, manifestações, greves e protestos. Cumpre mencionar, contudo, que as protagonistas da primeira onda eram mulheres de classe média que lutavam ao lado do movimento sufragista e das mulheres proletárias.

No Brasil, a primeira onda esteve relacionada ao movimento de mulheres operárias anarquistas e ao movimento reivindicatório pelo direito ao voto das mulheres (CAETANO, idem).

A segunda onda feminista começou no início da década de 1960, ganhando impulso no Brasil em 1964, durante a ditadura militar e trazendo questões

relacionadas à sexualidade e à autonomia da mulher no contexto familiar (CAETANO, ibidem).

Ainda de acordo com Caetano (2017), foi um momento marcado por discussões relacionadas à violência doméstica, ao aborto e ao controle da natalidade. Além disso, a conjuntura histórica da ditadura militar exigiu que os movimentos feministas também se posicionassem contra o regime e a censura, lutando pela redemocratização, pela anistia e por melhores condições de vida.

A terceira onda emergiu por volta de 1980 e está relacionada à interseccionalidade entre gênero, raça e classe – dando destaque às vertentes do feminismo negro – pois esse termo foi desenvolvido a partir deste contexto, no qual tratar as questões de gênero divorciando das questões raciais seria inoportuno e intelectualmente desonesto.

Tal defesa é sustentada por Sueli Carneiro (2019) ao afirmar que as mulheres negras se organizam para expor as subjetividades de suas vivências, pois carregam a “tríplice militância contra os processos de exclusão decorrentes da condição de raça, sexo e classe” (CARNEIRO, idem, p. 152). Destarte, os Movimentos Feminista e Negro entram em conflitos em suas pautas e práticas políticas,

posto que não está estruturalmente integrada às concepções e práticas políticas desses dois movimentos sociais a perspectiva de que há sempre uma dimensão racial na questão de gênero, e uma dimensão de gênero na problemática étnico-racial. Este é o fundamento para a dupla militância que se impõe para as mulheres negras como forma de assegurar que as conquistas num campo de luta, por exemplo, no campo racial, não sejam inviabilizadas pela persistência das desigualdades de gênero e para que as conquistas dos movimentos de mulheres não privilegiem apenas as mulheres brancas em função das práticas discriminatórias de base racial presentes na sociedade, contra as mulheres negras” (CARNEIRO, ibidem, p. 151).

A terceira onda foi marcada por debates pela busca do desenvolvimento do próprio conceito de mulher, discussões sobre discriminação racial, solidão da mulher negra, genocídio da população negra, trazendo aos movimentos feministas um debate mais diversificado¹¹. Também é nessa fase que começa a surgir os primeiros núcleos de estudos sobre a questão da mulher e a questão de gênero nos meios acadêmicos (CAETANO, 2017).

¹¹ O discurso e provocação de Sojourner Truth, em 1851, na Convenção pelos Direitos das Mulheres em Akron, Ohio, nos Estados Unidos, carrega a densidade da interseccionalidade e as problemáticas das manifestações por direitos sob um viés exclusivo da branquitude e seus privilégios. Ver em: https://youtu.be/_CgDLHKAXEk?si=rCM93zJWH2EPOVag e <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>

Ainda que nenhuma ciência seja neutra ou livre de pressupostos ideológicos, cumpre mencionar, inicialmente, que gênero é teoria e não ideologia. Obviamente, com as teorias científicas que emergiram nas últimas décadas para explicar as novas configurações das relações de gênero, não poderia ser diferente. Os princípios de igualdade e equidade, bem como o ideário dos direitos humanos e da justiça social, estão por trás da emergência da maioria dessas teorias (TRINDADE, 2019).

Para Trindade (idem), até a década de 1960, o estudo das relações de gênero despertava pouco interesse da academia. Esse quadro modificado-se a partir das profundas transformações socioculturais que, naquela época, construíram novas formas de relacionamento e estilos de vida, abalando sobremaneira conceitos por muito tempo considerados imutáveis e universais.

De fato, nas décadas seguintes, essas transformações acirraram-se ainda mais em razão de fatores como a transgressão das fronteiras sexuais e de gênero, que, somada às novas tecnologias reprodutivas, desestabilizaram antigas certezas e implodiram noções tradicionais de tempo, espaço e “realidade”, subvertendo, assim, as formas de gerar, nascer, crescer, amar ou morrer (LOURO, 2008).

Ainda segundo Trindade (2019), a sistemática de construção de identidades sexuais e de gênero foi constante e intensamente alterada. A sexualidade perdeu o caráter estritamente pessoal e privado, ganhando contornos sociais, políticos e ideológicos, o que provocou inúmeras indagações (e incertezas).

Evidentemente, tamanhas transformações dos significados sociais do masculino e do feminino foram acompanhadas de acalorados debates na arena científica. Como resultado, novos conceitos foram formulados e disseminados na academia – e, consequentemente, na sociedade – entre os quais a ideia de que sexo e gênero são categorias distintas, não havendo necessária congruência entre ambas (TRINDADE, idem, p. 246).

Os estudos de gênero, entretanto, não negam, unanimemente, o sexo biológico, porém rejeitam a dimensão exclusivamente biológica sobre o tema. Tais estudos pesquisam, entre outras questões, a construção de categorias de diferenciação de pessoas, que são mutáveis e, sobretudo, impermanentes.

Obviamente, em pleno século XXI, afirmações desprovidas de criticidade e permeadas de “senso comum” como aquelas que propalam que “rosa é a cor das meninas e azul dos meninos”, por exemplo, contribuem para reforçar estereótipos e preconceitos. Esses padrões sociais e culturais arraigados produzem, sobretudo, desigualdades e discriminações no cotidiano, que, igualmente, são objeto de análise no campo das pesquisas sobre gênero. Em tal cenário, as instituições sociais,

construídas de forma a perpetuar as desigualdades que situam as mulheres em patamar inferior, tornam-se a principal causa das diferenças entre os gêneros masculino e feminino (TRINDADE, 2015).

Cumpre destacar que, na década de 1970, o conceito de gênero foi criado pelas feministas, causando impacto nas produções e formulações das Ciências Humanas e Sociais. A partir desse período, a categoria gênero passou a ser utilizada para contestar a naturalização das diferenças sociais entre os gêneros, bem como para evidenciar que homens e mulheres são socialmente constituídos e posicionados em relações de hierarquia e antagonismo (PISCITELLI, 2009).

De acordo com Pereira (2018), conceitos – alguns dicotômicos – da Modernidade, como o público e o privado, privacidade e intimidade, autonomia e outros, como diversidade e diferença, identidade, papéis de gênero, diversidade sexual, casamento, afetos, liberdade e igualdade permitiram ao Movimento LGBTQIAPN+ reivindicar a revisão dos pressupostos de tais conceitos a partir das suas experiências singulares.

Como consequência desse processo, emergiram as primeiras interlocuções entre o discurso feminista – até então centrado, exclusivamente, na diferença entre homens e mulheres – e o campo da diversidade sexual.

Além disso, ao questionar a heterossexualidade compulsória (RICH, 2012; WITTIG, 2006; RUBIN, 1993) e diante da convergência em torno de alguns pontos, à época, o incipiente movimento de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, *queer* e intersexuais aproximou-se das feministas – que já estavam há décadas lutando por suas bandeiras – ensejando, alguns anos depois, a formação de alianças estratégicas na luta pelo reconhecimento de direitos não só das mulheres, como também, do segmento LGBTQIAPN+ (TRINDADE, 2019, p. 247-248).

Nessa esteira, é possível observar que a trajetória do Movimento Feminista e dos Movimentos LGBTQIAPN+ guarda muitas semelhanças, na medida em que os estudos no campo de gênero serviram para problematizar papéis, expectativas, diferenças e normas hegemônicas consideradas “naturais”.

Porém, não obstante enfrentarem sofrimentos e desafios semelhantes que têm as mesmas matrizes de subalternização, – dominação cisgênera masculina, patriarcado e heteronormatividade – que se expressam de maneira específica para cada segmento, a afirmação das identidades LGBTQIAPN+ no Movimento Feminista

sempre se mostrou carregada de tensões, resistências e, também, discriminações internas.

As lésbicas, por exemplo, sofreram muitas resistências entre a primeira e a segunda onda do feminismo para demarcarem suas orientações sexuais “diferenciadas” e a necessidade de discutir direitos sexuais e reprodutivos, afetos e a cis heteronormatividade dominante na cultura, inaugurando, por consequência, um pensamento que subverteu uma agenda central de denúncias feministas, qual seja: a violência doméstica da união cis heteronormativa (PEREIRA, 2018).

Berenice Bento (2008), a respeito da diversidade de gênero, da ocupação e da construção de espaços de debate e formulação de direitos, evidencia que é possível observar na história – e ainda hoje – resistência e dificuldade de determinados grupos e Movimentos Sociais em abraçar e abarcar as pessoas trans e suas pautas. A referida autora (*idem*) afirma que

Os interesses que estão em jogo na defesa das identidades coletivas são complexos e vão desde o apego à manutenção de espaços de fala, que visibilizam sujeitos silenciados pelas normas de gênero, à essencialização da experiência, à manutenção de benefícios materiais obtidos através da reprodução das categorias rígidas que fundam essas identidades (BENTO, 2008, p. 52).

Em outras palavras, determinados grupos e mulheres cisgêneras feministas estão em luta comum contra o patriarcado, mas culminam na apropriação da genitália como reforço de gênero e, sobretudo, se param-se da concepção de impermanência e construção social que é defendido neste texto.

1.2 Consensos e dissensos na seara de gênero

De acordo com Letícia Lanz (2014), categorias como identidade, papéis e estereótipos de gênero – até pouco tempo atrás bastante sólidas e que funcionavam como inequívocas referências do gênero a que uma pessoa pertencia – entraram em franco colapso.

Segundo Trindade (2019), é importante assinalar que o movimento que visa desqualificar a categoria Gênero, caracterizando-a como “ideologia”, iniciou-se na década de 1990, tendo Joseph Ratzinger, antes de se tornar o papa Bento XVI, como um de seus principais expoentes:

Distingue-se, então, o fenômeno biológico da sexualidade de suas formas históricas, às quais se denomina “*gender*”, mas a pretendida revolução contra as formas históricas da sexualidade culmina em uma revolução contra os pressupostos biológicos. Já não se admite que a “natureza” tenha algo a dizer, é melhor que o homem possa moldar-se ao seu gosto, tem que se libertar de qualquer pressuposto de seu ser: o ser humano tem que fazer a si mesmo segundo o que queira, apenas desse modo será “livre” e liberado. Tudo isso, no fundo, dissimula uma insurreição do homem contra os limites que leva consigo como ser biológico (MISKOLCI; CAMPANA, 2017, p. 726).

Na América Latina, um dos precursores dessa concepção é o argentino Jorge Scala, que, em 2010, lançou um livro cujo título é “*La Ideología del Género: el género como herramienta de poder*”. De acordo com a caricatura traçada pelo referido autor (2010), pesquisadores que discutem gênero negam as diferenças naturais entre os sexos, apregoando que a sexualidade não sofre (nem deve sofrer) qualquer restrição, inclusive biológica (TRINDADE, 2019).

Em sua conhecida obra “O Segundo Sexo”, Simone de Beauvoir (1967) não nega a existência de distinções biológicas entre homens e mulheres, amplamente conhecidas. De fato, a filósofa francesa (idem) – ao problematizar com profundidade o tema –, questionava se tais “biologismos” constituem (ou deveriam constituir) um destino para a mulher (TRINDADE, 2019).

Esses dados biológicos são de extrema importância, pois, desempenham na história da mulher um papel de primeiro plano, são um elemento essencial de sua situação. Em todas as nossas descrições ulteriores, teremos que nos referir a eles. Pois, sendo o corpo o instrumento de nosso domínio no mundo, este se apresenta de modo inteiramente diferente segundo seja aprendido de uma maneira ou de outra. Eis porque o estudamos tão demoradamente; são chaves que permitem compreender a mulher. Mas, o que recusamos é a ideia de que constituem um destino imutável para ela. Não bastam para definir uma hierarquia dos sexos; não explicam porque a mulher é o Outro; não a condenam a conservar para sempre esta posição subordinada (BEAUVOR, 1967, p. 52).

Entretanto, ao contrário de Beauvoir, Judith Butler (2015) contesta veementemente as diferenças biológicas entre os sexos. A citada autora advoga que, se o gênero cumpre os significados culturais assumidos pelo corpo sexuado, não se pode dizer que ele decorra de um sexo desta ou daquela maneira (TRINDADE, 2019).

Dito de outro modo, é inequívoco que a conexão necessária entre um genital e um gênero é exclusivamente social e não biológica. Tal conexão também é política e histórica. O dado biológico restringe-se em afirmar que existem as anatomias masculinas e femininas, ou seja, é evidente que há um dado biológico que diz que algumas pessoas nascerão com um pênis e outras com uma vagina – desconsiderando demais características e signos comumente identificados para cada

genitália. Ainda assim, isto não significa que estes genitais serão determinantes do gênero (TRINDADE, idem).

Todavia, para Scala (2010) e tantos outros fundamentalistas religiosos, só existem o gênero masculino e o feminino, ambos determinados pela biologia (simplificada pelas genitálias), e somente a família baseada no casamento cis heteronormativo tem condição de propiciar o desenvolvimento adequado da personalidade do indivíduo (TRINDADE, 2019).

Não há dúvida que a partir da expansão e consolidação de um campo científico sobre a categoria gênero – que, supostamente, estaria ameaçando princípios religiosos –, foi lançada uma contraofensiva cristã em defesa de uma doutrina anacrônica e do modelo tradicional de família. Cumpre assinalar, porém, que o conservadorismo não dispõe de argumentos científicos para se contrapor às teorias de gênero, cada vez mais abrangentes, razão pela qual as desqualifica, tratando-as como mera “ideologia” (TRINDADE, 2019, p. 252).

Nessa esteira, nota-se que por trás das mobilizações radicais anti gênero estão diferentes atores, organizações, partidos e redes religiosas fundamentalistas, que são classificados no espectro político de centro à extrema-direita. Com a expressão “ideologia de gênero”, essa complexa rede volta-se contra avanços da democracia e de uma sociedade aberta e progressista.

Em entrevista à Carta Capital, Rogério Diniz Junqueira (2019)¹² assinala que a falaciosa expressão “ideologia de gênero” é, na verdade, uma invenção, ou seja, um artifício retórico. Não pode ser confundida com um termo científico, visto que a sua elaboração jamais seguiu princípios e preocupações de ordem científica.

Para Trindade (2019), o termo aflorou no âmbito de um projeto de poder, isto é, decidiu-se utilizar o “conceito” que melhor funcionasse politicamente segundo os objetivos dos atores que fomentaram essa ofensiva reacionária. Esta plataforma foi, inclusive, muito utilizada – com bastante sucesso e eficácia, diga-se – nas eleições presidenciais de 2018.

Visita-se, assim, um terreno bastante perigoso de crescente desrespeito às diferenças e patologização da orientação sexual. Dar visibilidade à homossexualidade como comportamento e identidade socialmente aceitos, portanto, opõe-se, por exemplo, aos crimes que têm sido praticados contra homossexuais – como apresenta

¹² Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/diversidade/ideologia-de-genero-o-combate-a-um-campo-cientifico/>. Acesso em 30 de setembro de 2024

o estudo de Sérgio Carrara e Adriana Vianna (2004) – e que, infelizmente, são mais um dos muitos atentados aos direitos humanos no Brasil.

Assentadas essas premissas, torna-se evidente que a chamada “ideologia de gênero” constitui, por si só, uma nefasta deturpação, isto é, uma tentativa deliberada de coibir a discussão acerca da diversidade sexual e de gênero, com o inequívoco intuito de manter privilégios e promover exclusões. O conservadorismo – e, por conseguinte, o caráter ideológico – de tal tentativa revela-se igualmente incontestável (TRINDADE, 2019).

Por fim, em 2014, o termo “ideologia de gênero” ganhou maior destaque ao aparecer nos protestos para a exclusão das expressões ‘gênero’ e ‘orientação sexual’ dos planos de educação, por exemplo, sendo terminantemente proibido discuti-los nas escolas, sejam particulares ou públicas. A partir de então, “ideologia de gênero” tornou-se uma nefasta plataforma de mobilização política.

1.3 A Indissociabilidade entre os marcadores de gênero, raça e classe

Angela Davis (2016) afirma que raça e gênero se informam mutuamente na complexa realidade latino-americana (e mundial) e ainda mais no contexto brasileiro, a fim de se traçar mediações sobre os eixos de opressão (patriarcado, racismo e cis heteronormatividade).

Tais eixos atravessam os sujeitos em suas múltiplas dimensões constitutivas, devendo ser necessário recorrer a outras matrizes analíticas, além das referenciadas tradicionalmente, para captar suas expressões concretas, como as contribuições trazidas pelo feminismo negro e os estudos decoloniais (TRINDADE, 2022).

Ainda no contexto de gênero e raça, Carneiro (2011, p. 127-128) adentra nesse cenário com uma análise evidente da resolução desse fato, dizendo:

[...] a conjugação do racismo com o sexism produz sobre as mulheres negras uma espécie de asfixia social com desdobramentos negativos sobre todas as dimensões da vida, que se manifestam em sequelas emocionais com danos à saúde mental e rebaixamento da autoestima; em uma expectativa de vida menor, em cinco anos, em relação à das mulheres brancas; em um menor índice de casamentos; e sobretudo no confinamento nas ocupações de menor prestígio e remuneração.

Em uma determinada época, a questão relacionada à raça estava tanto interligada aos homens negros, quanto as mulheres negras. Os dois faziam o mesmo serviço braçal no campo para seus senhores e as mulheres nessas condições eram

“desprovidas de gênero”, mas quando eram exploradas e/ou punidas eram reduzidas à sexualidade.

Com o abolicionismo, as mulheres tiveram menos oportunidades de ascensão na sociedade do que os homens, mas este movimento – e momento histórico – também abriu portas para que as mulheres brancas se interessassem na causa de alguma maneira. Angela Davis (2016) assinala que esse movimento deu a oportunidade de iniciarem um protesto implícito contra o caráter opressivo de seu papel no lar.

Trabalhando no movimento abolicionista, as mulheres brancas tomaram conhecimento da natureza da opressão humana – e, nesse processo, também aprenderam importantes lições sobre sua própria sujeição. Ao afirmar seu direito de se opor à escravidão, elas protestavam – algumas vezes abertamente, outras de modo implícito – contra sua própria exclusão da arena política. Se ainda não sabiam como apresentar suas reivindicações coletivamente, ao menos podiam defender a causa de um povo que também era oprimido (DAVIS, idem, p. 57).

Com a criação dos movimentos feministas foi possível a inserção das mulheres na sociedade. Contudo, conforme mencionado anteriormente, mesmo que mulheres negras fizessem parte de tais movimentos, não viram suas pautas serem priorizadas. Ainda se via uma prevalência eurocêntrica, branca e colonialista.

De acordo com bell hooks (2015), nos Estados Unidos da América, o feminismo não emergiu com o protagonismo daquelas mulheres que são mais vitimizadas pela opressão machista, das mulheres agredidas todos os dias, mental, física e espiritualmente, pois estas eram impotentes para mudar sua condição de vida.

Para a referida autora (idem), problemas e dilemas específicos de donas de casa brancas da classe privilegiada norte-americana eram preocupações reais, merecedores de atenção e transformação, porém não eram preocupações políticas urgentes da maioria das mulheres, mais preocupadas com a sobrevivência econômica, material, subjetiva, com a discriminação étnica e racial, dentre outras preocupações cotidianas.

Ainda segundo hooks (idem, p. 195-196):

O racismo abunda nos textos de feministas brancas, reforçando a supremacia branca e negando a possibilidade de que as mulheres se conectem politicamente cruzando fronteiras étnicas e raciais. A recusa feminista, no passado, a chamar a atenção para hierarquias raciais e as atacar, suprimiu a conexão entre raça e classe. Mesmo assim, a estrutura de classe na sociedade norte-americana foi moldada pela estratégia racial da supremacia branca; apenas se analisando o racismo e sua função na sociedade capitalista é que pode surgir uma compreensão profunda das relações de classe. A luta de classes está indissoluvelmente ligada à luta para acabar com o racismo.

É urgente defender a articulação entre as duas categorias – gênero e raça – para que se possa empreender um estudo decolonial. Isso significa que ainda há continuidade das relações coloniais de poder a partir das categorias de gênero, raça e classe, e que não se pode falar em um momento pós-experiência do colonialismo, pois, a colonialidade é e continua a ser presente na relação entre países e entre países e sujeitos (GOMES, 2018).

De acordo com Camila Gomes (2018), considerar o feminismo decolonial exige pensar como as normas de gênero fazem parte da colonialidade do poder, do saber e do ser. Quando se fala em colonialidade do gênero, passa-se a pensar que tanto o gênero é informado pela raça, quanto a raça é informada pelo gênero. Conclui-se, então, não ser possível falar em gênero sem pensar a colonialidade, nem falar de colonialidade sem incluir o gênero.

1.3.1 Violências de gênero sob o prisma da Interseccionalidade

Segundo Andrea Moraes Alves (2018), o Serviço Social brasileiro produziu muito recentemente uma importante contribuição aos estudos no campo das relações de gênero.

O debate em torno da referida categoria expressa-se tanto como protagonista de pesquisas, como no currículo acadêmico do curso de graduação da profissão, quer seja em disciplinas obrigatórias ou na oferta crescente de eletivas pertinentes ao tema. Além do exposto, o cotidiano da prática profissional está permeado de novas expressões e demandas relacionadas às questões de gênero e sexualidade, de forma direta ou indireta (ALVES, idem).

Ademais, no Serviço Social há uma pluralidade de conceitos e sentidos acerca da categoria de gênero. A referida autora afirma que esse debate não se estabiliza, haja vista as tensões constituídas pelas relações de poder e interesse nesse contexto (ALVES, ibidem).

Ainda de acordo com Alves (idem, p. 269),

“Há no Serviço Social uma compreensão geral de que gênero trata das relações de poder na vida social, relações essas que atribuem posições assimétricas ao masculino e ao feminino. Desse modo, as desigualdades de gênero constituem-se como um dos focos do trabalho do assistente social e de suas preocupações de pesquisa”.

Saffioti (2001), em seu turno, relaciona as disparidades de gênero como um conceito de duas dimensões complementares: dominação-exploração. Nessa linha, “a primeira dimensão [é] nomeada como um processo situado no domínio da política, enquanto a segunda é entendida como um processo típico do terreno econômico” (idem, p. 117). Enquanto complementares, articulam-se e garantem o funcionamento das relações de poder e sujeição, bem como as diversas violências engendradas a fim de que se cumpra a ordem.

Conforme mencionado, as searas do gênero e sexualidade se apresentam como campos férteis nos espaços de trabalho de assistentes sociais. No entanto, os intensos estudos sobre essas categorias, por si só, não dão conta de explicar o movimento da realidade, tal como as novas expressões decorrentes dele. De tal forma se faz necessário adentrar em uma não-tão-nova perspectiva: a perspectiva da interseccionalidade.

Cumpre destacar que o Serviço Social atua diretamente com o enfrentamento da “questão social” e as refrações da desigualdade socioeconômica, bem como as injustiças e violações da dignidade humana. Dito isto, análises recentes identificam que os grupos que mais sofrem com as mazelas expressas são as *mulheres*, dada a sujeição ao patriarcado e as copiosas violências, a exemplo último do feminicídio; *populações negras e indígenas*, as quais a história escravocrata e colonial – ainda presente nos dias de hoje –, e disputas mais amplas a respeito da questão agrária e demarcação de terras, reiteram um local de escassez, apagamento e violências; e a *população LGBTQIAPN+* que também margeiam a sociedade enquanto seres abjetos, que se desviam da normatividade hegemônica, e, portanto, são subordinados à luta e resistência pelo direito de existir.¹³

¹³ Para maiores informações, ver em: PAZ, Rosangela D. O. DA.; SANTOS, Jussara F. DE A. DOS.; SANT'ANA, Raquel S. Serviço Social e as relações sociais de classe, gênero, raça/etnia e a perspectiva decolonial. *Serviço Social & Sociedade*, v. 146, n. 1, p. 5–15, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.300>.

O correlato resultado de violação de direitos humanos e sociais culmina no perfil da população usuária predominante de assistentes sociais, que atuam em diferentes espaços sócio-ocupacionais. Todavia, a categoria profissional permaneceu distante das lutas mais significativas dos movimentos sociais pautados, como o movimento feminista negro, o que configura, do nosso ponto de vista, um desencontro entre o Serviço Social, as questões de gênero e as questões raciais.

Nesse sentido, tratar da relação de gênero e Serviço Social “implica em problematizar a ‘feminização’ da profissão, a concepção de gênero das/os/es assistentes sociais e sua relação com a profissão” (CISNE, 2004, p. 20).¹⁴

De volta a interseccionalidade enquanto categoria, é importante ressaltar o protagonismo pioneiro de Kimberlé Crenshaw – uma intelectual e jurista estadunidense – que em 1989 cunhou e quem, posteriormente, desenvolveu algumas das mais importantes elaborações teóricas sobre esse conceito.

São recorrentes, portanto, as pesquisas que partem das obras de Crenshaw (1989) e utilizam a interseccionalidade como um conceito analítico, na medida em que este serve de forma bastante eficaz quando se trata de analisar contextos e teorias a partir de uma perspectiva que abarque outras categorias além do gênero. A ruptura com uma visão monolítica de análise e sua popularização é, sem dúvida, uma das grandes contribuições dos estudos que utilizam a teoria da interseccionalidade:

(...) pode ser entendida como uma ferramenta de análise que consegue dar conta de mais de uma forma de opressão simultânea. Com essa lente, os processos discriminatórios não são compreendidos isoladamente, nem se propõem uma mera adição de discriminações, mas sim, abraça-se a complexidade dos cruzamentos dos processos discriminatórios e a partir daí se busca compreender as condições específicas que deles decorrem (KYRILLOS, 2020, p. 1).

Constata-se, portanto, que não se pode abordar a interseccionalidade de maneira apropriada, sem mencionar o feminismo negro, pois uma das contribuições centrais das feministas negras foi justamente questionar a homogeneidade das mulheres, e a universalidade do patriarcado como sistema de dominação. A reflexão

¹⁴ Acerca do perfil profissional do Serviço Social, um documento de 2022 foi organizado por algumas gestões do CFESS e divulgado no site do Conselho. Os dados são anteriores a pandemia de Covid-19, que certamente impactou as relações de trabalho e as desigualdades de modo profundo. A pesquisa localizou que de 44.212 profissionais participantes, 92,92% se identificam com o gênero feminino e 6,97% com o gênero masculino. 0,10% de assistentes sociais se identificam com “Outras Expressões de Gêneros”, que abarcam homens trans, mulheres trans, travestis e, ainda, outras expressões de gênero. Em relação a questão étnica/racial, 50,34% da categoria se considera preta/negra ou parda; 46,98% branca; 1,85% amarela; 0,32% indígena; e 0,51% não especificou ou não se identifica com as composições enunciadas. Para mais informações: <https://www.cfess.org.br/arquivos/2022Cfess-PerfilAssistentesSociais-Ebook.pdf>

sobre os limites da explicação patriarcal como forma universal de dominação das mulheres acompanhou os desdobramentos do feminismo dos anos 1970, e entre as feministas negras essa reflexão crítica atingiu uma considerável expressão teórica e política (ALVES, 2018).

O paradigma patriarcal projetou uma sombra sobre as experiências corporais e sexuais das mulheres negras, marginalizando-as enquanto mulheres e reduzindo-as à sua raça. Esse ajuste de perspectiva para além da ótica patriarcal mudou o percurso do feminismo e ainda fez surtir seus efeitos no campo feminista atual porque a partir dele a chamada interseccionalidade foi construída.

Nessa esteira, Alves (*idem*, p. 279) afirma que “é importante sinalizar, portanto, que o feminismo negro é o berço da interseccionalidade e que essa origem faz toda a diferença na forma como a interseccionalidade opera com a raça”.

A autora Carla Akotirene (2019) também traz um panorama da interseccionalidade para analisar de forma crítica as interações estruturais e os atravessamentos sociais, econômicos, de violência e violação que as mulheres negras sofrem. A referida autora (*idem*) ainda assinala que o conceito de interseccionalidade “instrumentaliza os movimentos antirracistas, feministas e instâncias protetivas dos direitos humanos a lidarem com as pautas das mulheres negras” (AKOTIRENE, 2019, p. 37).

Ademais, Akotirene (*idem*) traz à luz a realidade que, por tanto tempo, era velada e tem sido desmascarada com processos de análises sustentando o seguinte argumento de que “a interseccionalidade nos mostra como e quando mulheres negras são discriminadas e estão mais vezes posicionadas em avenidas identitárias, que farão delas vulneráveis à colisão das estruturas e fluxos modernos” (AKOTIRENE, *ibidem*, p. 37). A autora trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, as opressões de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raça, etnias, classes e outra.

Akotirene (*ibidem*, p. 42) ressalta, ainda, que “a violência racial contra a mulher atinge um nível de complexidade sub inclusivo [...]", levando a mulher negra ao topo dos índices de violência de gênero e raça, tendo como base de afirmação a pesquisa feita no campo de estágio, na qual 59,1% das mulheres que sofreram algum tipo de violência se declararam negras; atentando para o total de mulheres que sofreram violência, isto é, mulheres negras passam da metade dessa porcentagem.

Lélia Gonzalez (2020), por sua vez, dedicou-se a pensar o racismo no Brasil a partir de três elementos centrais: a divisão sexual e racial do trabalho, a miscigenação e o mito da democracia racial, contribuindo para lançar luz à situação da mulher negra na América Latina. Segundo a referida autora (*idem*), a divisão sexual do trabalho deve sempre considerar a raça, pois há sobre as mulheres uma tripla discriminação: a de gênero, a racial e a de classe, dada a constatação de serem a maioria do imenso proletariado brasileiro.

Nesse sentido, Davis (2016) coaduna com as reflexões de Gonzales (2020) ao afirmar que não há como partir de perspectivas em que o gênero passa a ser a categoria explicativa central e principal e a raça algo que cria matizes ou particularidades dentro de um suposto sistema primário de opressão organizado pelo gênero.

Igualmente, as novas estruturas do mercado de trabalho – promovidas pela reestruturação produtiva e pela ofensiva neoliberal – facilitam a exploração da força de trabalho das mulheres, especialmente negras, em ocupações em tempo parcial, substituindo homens pelo trabalho feminino mal pago, com salários mais baixos, em posições precarizadas, ou seja, sem carteira assinada e direitos trabalhistas.

Dados oficiais revelam que as mulheres negras estão presentes em maior grau nas ocupações em tempo parcial, demonstrando também as desigualdades entre homens e mulheres no que tange à divisão das tarefas domésticas (TEIXEIRA; GÓIS, 2020). Dentro da perspectiva crítica interseccional do patriarcado com o capitalismo, tem-se a divisão sexual do trabalho que, mais uma vez, desfavorece a mulher e, principalmente, a mulher negra.

O enorme espaço que o trabalho ocupa hoje na vida das mulheres negras reproduz um padrão estabelecido durante os primeiros anos da escravidão. Como escravizadas, essas mulheres tinham todos os outros aspectos de sua existência ofuscados pelo trabalho compulsório.

Aparentemente, portanto, o ponto de partida de qualquer exploração da vida das mulheres negras na escravidão seria uma avaliação de seu papel como trabalhadoras. O sistema escravista definia o povo negro como propriedade. Já que as mulheres eram vistas, não menos do que os homens, como unidades de trabalho lucrativas, portanto para os proprietários de escravizados elas poderiam ser desprovidas de gênero. A mulher escravizada era, antes de tudo, uma trabalhadora em tempo integral para seu proprietário, e apenas ocasionalmente esposa, mãe e

dona de casa. A julgar pela crescente ideologia da feminilidade do século XIX, que enfatizava o papel das mulheres como mães protetoras, parceiras e donas de casa amáveis para seus maridos, as mulheres negras eram praticamente anomalias. (DAVIS, 2016).

Federici (2017, p. 232), por seu turno, ressalta, nesse processo, as relações de poder e o impulso à acumulação capitalista. A referida autora (*idem*) ainda afirma que:

A diferença de poder entre homens e mulheres e o ocultamento do trabalho não remunerado das mulheres por trás do disfarce da inferioridade natural permitiram ao capitalismo ampliar imensamente ‘a parte não remunerada do dia de trabalho’ e usar o salário (masculino) para acumular trabalho feminino (FEDERICI, 2017, p. 233).

Sueli Carneiro (2011, p. 130) enfatiza a realidade da mulher negra ao dizer que “[...] as mulheres negras brasileiras tiveram sua experiência histórica marcada pela exclusão, pela discriminação e pela rejeição social [...].”.

Nesse sentido, deve-se pensar também na “interseccionalidade política” (AKOTIRENE, 2019, p. 40) devido à inoperância das delegacias especializadas em atendimento à mulher em horários noturnos e feriados – os quais são os que mais têm ocorrências de violência contra a mulher negra, principalmente em bairros periféricos –, a relativa distância das redes de apoio à essas mulheres que vivem em locais de maior vulnerabilidade e, dado que as mulheres negras sofrem estigmatização pelos aparelhos de Estado por serem oriundas de locais considerados “de risco”.

Essas mulheres são invalidadas e desprestigiadas em relação às suas dores decorrentes de violências por aqueles que as deveriam proteger e zelar pela integridade física e moral enquanto cidadãs.

Teles (2015) traz a constatação desse fato da invalidação e desproteção ao apresentar a falta de conhecimento por parte das equipes de saúde sobre a Lei de Notificação Compulsória de violência contra as mulheres. Ainda afirma que “a falta de entendimento da complexidade em torno da violência doméstica e a pouca disposição para oferecer suporte a essas mulheres impedem o acolhimento das vítimas” (TELES, *idem*, p. 66).

Para além das múltiplas violências de gênero assinaladas, Angela Davis (2016) faz um resgate temporal que se modificou junto com o tempo, mas não a fim de encerrar tal tormenta. Uma vez que as mulheres escravizadas eram classificadas

como “reprodutoras”, e não como “mães”, suas crianças poderiam ser vendidas e enviadas para longe.

Ainda de acordo com a referida autora (*idem*), um ano após a interrupção do tráfico de populações africanas, um tribunal da Carolina do Sul decidiu que as escravizadas não tinham nenhum direito legal sobre suas filhas e filhos. Assim, de acordo com essa medida, as crianças poderiam ser vendidas e separadas das mães em qualquer idade, porque “crianças escravas [...] estão no mesmo nível de outros animais” (DAVIS, *ibidem*, p. 26).

Mais de 130 anos depois da abolição da escravatura – em 13 de maio de 1888 – as mães e suas crianças ainda são tratadas com desumanidade durante o parto. De acordo com Santana *et al.* (2024, p. 2),

A violência obstétrica afeta as mulheres de diferentes formas, entretanto, as mulheres negras são as que mais sofrem esse tipo de violência no país, conforme dados apontados no estudo da pesquisa de base populacional “Nascer no Brasil”. Tal pesquisa evidenciou que mulheres negras possuem 62% maior razão de chance de terem pré-natal inadequado, 23% de falta de vinculação à maternidade, 67% de ausência de acompanhante no parto e 33% de peregrinação anteparto. [...] No Brasil, cerca de 60% das mulheres que morrem por causas obstétricas, são negras.

Os dados acima expõem o que vêm sendo delineado aqui acerca do *ser* e do *não ser*, das possibilidades “corretas” de existir e das punições àquelas/es que “desapontam” a normatividade e a hegemonia de poder. A invisibilização e descaso com determinados corpos, aqui ressaltados, destacam como a colonialidade está entranhada de maneira cruel e naturalizada em nossa sociedade. Da mesma maneira:

A invisibilidade estrategicamente utilizada pela branquitude é aquela em que define os termos da relação, uma dialética de apagamento racial cotidiano.

[...] A desvalorização e desumanidade ligada à mulher negra é uma construção racista e sexista da nossa herança colonial, que se legitima nas relações de biopoder, muito vista na prática em saúde, expressas através de técnicas de saber e de procedimentos discursivos a serviço da colonização, domesticação, eugenio e repressão (SANTANA *et al* *idem*, p. 5-6).

Para Trindade (2022), a sociabilidade e a moralidade brasileira conservadora, escravocrata e sexista resultam em uma experiência social de barbárie cotidiana, uma vez que o nosso país tem uma raiz colonial escravista (com exploração e profundas opressões sobre as populações negra e indígenas).

Além disso, é fato inconteste que o desenvolvimento econômico e político do Brasil se constituiu de forma subordinada a interesses externos, em uma configuração histórica que restringiu a consolidação de garantias civis e democráticas de respeito à diversidade e combate às opressões de gênero e raça (TRINDADE, *idem*).

Sob a luz das reflexões de Frantz Fanon, Oliveira (2020) discorre brilhantemente a respeito da “zona do não ser”, que trata de racializar apenas a pessoa não-branca – sendo estas o oposto do “sujeito universal” – e opera em prol do enfraquecimento de direitos, signos, nomes, referências e toda a subjetividade e identidade daquelas/es que carregam a ‘racialidade’.

Sendo assim, chegamos a uma violência ímpar de descaracterização e apagamento de indivíduos, que passa a ter no “sujeito universal de direitos” as referências para ser e existir. Para Fanon (1983), o negro é uma invenção do homem branco. Aqui reside a relação entre racismo e colonialismo.

Os autores Sílvio Almeida (2018) e Domenico Losurdo (2006) afirmam que o “sujeito universal civilizado” é fruto do projeto liberal-imperialista e do saber filosófico dos séculos XVI até o XVIII, que demarcam o que é humano e não humano, posicionando o homem branco (e, também) europeu como o único sujeito detentor de *status* de humanidade e de cidadania. O mito moderno de indivíduo que nos ronda impede não somente que as pessoas se vejam e se entendam como seres corporificados, contextualizados, racializados com histórias de vida, mas impede, também, que percebam o *outro* na sua diferença (TRINDADE, 2022).

2. A TRANSEXUALIDADE EM PAUTA: HISTÓRIA E MARCAS DO TEMPO

Quase tudo o que se queira dizer sobre o sexo – de qualquer forma que o sexo seja compreendido – já contém em si uma reivindicação sobre o gênero.
 (Thomas Laqueur, 2001, p. 23).

No presente capítulo teórico, busca-se discutir alguns aspectos sociais e históricos acerca da transexualidade, que foi edificada pelos referenciais dos discursos médico-científicos sobre as pessoas trans no percurso do século XX. Observa-se que a compreensão deste “fenômeno” surge e é demarcada amplamente como um transtorno mental ao significar a “incongruência” entre sexo (biológico) e gênero (sociocultural), sendo esta conexão, portanto, imposta e definidora da identidade de indivíduos.

Tais referenciais biomédicos conferiram à experiência trans o status de um problema médico-legal reconhecido e passível de tratamento (ARÁN *et al*, 2008), que passa a configurar no Brasil, ao final da década de 90, como um direito à saúde, dando alguma visibilidade à “identidade trans” – apesar de incipiente e corresponder, principalmente, ao poder e saber médico.

O capítulo percorre, ainda, a história da patologização das pessoas trans trazendo breves reflexões acerca das violências, de marcos legais, da saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), e demais lutas, resistências e conquistas em território nacional.

2.1 Alguns elementos para se pensar a transexualidade

‘Extra! Extra!’ Grande parte da população se surpreende, pois, percebe-se não haver estabilidade e hegemonia nos desejos e comportamentos de cada indivíduo! Ora, assim como os tempos mudam, mudamos todos.

Ao consultar o significado de *transexualidade* em qualquer site de buscas ou pesquisas na internet, nos deparamos imediatamente com respostas instantâneas sobre conceitos complexos. Alguns portais vão resumir a transexualidade à discordância com o sexo biológico, logo, há um conflito direto com a genitália e o devido aparelho reprodutor. Comumente, a transexualidade aparece associada a sexualidade e ao gênero enquanto conceitos correlacionados, porém fixos em suas representações sociais difundidas.

Ao tratarmos da transexualidade enquanto categoria de análise crítica, é fundamental perceber a fluidez com que se apresenta, e, por isso, não cabem conceitos ou caracterizações unâimes e engessadas. Nos diversos campos que pretendem discutir e significar o tema, não há consenso, uma vez que a própria vivência trans supera as limitações propostas – especialmente pelas ciências médicas e ciências PSI (ALMEIDA, 2012).

Destarte, algumas/alguns autoras/es contribuem, criticamente e de maneira sensível, com as reflexões em torno da questão trans, ou seja, há um esforço para compreender os meandros, contextos e reverberações das trajetórias e vivências trans no curso do tempo.

Berenice Bento (2008) defende que “a transexualidade é uma experiência identitária, caracterizada pelo conflito com as normas de gênero” (p. 9). Ao mesmo tempo em que diverge do que está pré-estabelecido, como se fosse um erro excepcional, a transexualidade anuncia as brechas e os códigos desse mecanismo normatizador (BENTO, idem; GUIMARÃES, 2012).

Como já proposto, tradicionalmente, parte-se do entendimento que os corpos são constituídos e lidos a partir da genitália anunciada, ou seja, a condição definidora e definitiva do que virá e deverá ser o indivíduo está pautada no “sexo biológico”. Isto significa dizer que, mesmo antes de conceber a si e se situar no mundo, um feto atinge a sua humanidade e inteligibilidade somente a partir da comunicação da existência de um pênis ou uma vagina (BENTO, 2008).

O “Chá Revelação”, um moderno evento canônico que ocorre em determinado momento da gestação, revela não apenas a genitália que esse novo ser carrega, mas uma enorme bagagem de discursos, signos e performances diante da informação. As tecnologias sociais difundidas e incessantemente reforçadas pela medicina, pela linguagem, pela família, pela escola, pelas mídias etc. transpassam os indivíduos ao mesmo passo em que organizam a sociedade de acordo com uma pretensa lógica imperativa (BENTO, 2008; 2012).

Nessa esteira, depreende-se que os corpos não são neutros nem antecedem às normas sociais; ao contrário, são formatados por padrões que naturalizam uma ligação entre sexo e gênero. O resultado dessa relação binária é a heterossexualidade compulsória e arbitrária como forma correta, bela e moral de se viver em sociedade. Paralelo a isso, observam-se trânsitos identitários que escapam do roteiro controlador

e tão logo são colocados à margem em ocasião de seu caráter desviante (LOURO, 2004).

Conforme salientado acima, há uma relação intrínseca na concepção do corpo enquanto reflexo do sexo. Nessa ordem, o gênero só é válido se corresponder a essa relação binária e heteronormativa. Para Bento (2008), “Por heteronormatividade entende-se a capacidade da heterossexualidade apresentar-se como norma, a lei que regula e determina a impossibilidade de vida fora dos seus marcos.” (p. 28-29). Essa matriz, por seu caráter dominador, expressa-se além das fronteiras das relações heterossexuais, ou seja, transpassa as próprias dissidências em busca de encontrar a legitimidade do outro lado do rio. O clássico “passivo ou ativo”¹⁵, compreende uma manifestação da binariedade a qual o texto busca elucidar (BENTO, 2008; 2012).

No que tange a transexualidade, legislada pelos saberes médicos e PSI, em última instância da aceitabilidade social, cumpre a correspondência com a norma binária. O ideal perseguido e/ou imposto está frequentemente associado a “mudança de sexo”, ou seja, à aproximação mais exata possível da expressão identitária proeminente. Isso envolve uma série de requisitos para adequação, mas que podem ser resumidos à mesma lógica em que “meninas vestem rosa e meninos vestem azul!”. Em crítica ao exposto, Arán e Murta (2009, p. 21) argumentam que

alguns homens e mulheres transexuais podem desejar a cirurgia de transgenitalização pela exclusiva necessidade de reconhecimento social mais amplo, o que nos faz pensar que a cirurgia não necessariamente seria indicada se vivêssemos num mundo onde a diversidade de gênero fosse possível.

Em face da imagem social sobre as identidades trans, as travestis e pessoas não-binárias estão posicionadas em lugares sociais diferenciados, combinados com o “dispositivo da transexualidade” (BENTO, 2008; 2012; 2017a; 2017b) e demais marcadores sociais, como classe e raça, – que opera organizando a relação entre corpo, subjetividade, racialidade, classe socioeconômica, identidade de gênero e sexualidade em decorrência do controle dos corpos transexuais por um saber específico –, há diferentes processos de açãoamento dessas identidades, especialmente quando do acesso aos serviços públicos.

Bento (2008, p. 46) defende que:

¹⁵ Os termos amplamente difundidos na comunidade LGBTQIAPN+, especialmente entre homens gays, referem-se aos papéis sexuais que os indivíduos ocupam. Obviamente, tais papéis se espalham para o cotidiano de tais indivíduos, seja em comportamentos e no próprio monitoramento e aprovação social.

Não se trata da “identidade transexual versus identidade travesti”, mas de apontar os mecanismos que operam nas subjetividades para construir identificações e repulsas, e como estes mecanismos são materializados nas interações com as instituições sociais.

A referida autora (*idem*) sustenta que a transexualidade evidencia a fragilidade da concepção hegemônica da relação entre gênero e sexualidade, enquanto “uma costura, no sentido de que o corpo reflete o sexo, e o gênero só pode ser entendido, só adquire vida, quando referido a essa relação” (BENTO, 2008, p. 25). Tal perspectiva encontra limitações, pois não permite a plasticidade e as subjetividades no percurso da vida, até mesmo de pessoas que buscam cumprir o roteiro.

Assim sendo, este é um campo que conta com o sucesso da repetição discursiva enquanto mecanismo social que opera em função da estabilidade dos corpos. No entanto, a jornada identitária é marcada por escolhas, experiências e transformações. A autora assevera que, “[...] não há ontologias ocultas. Imitar um gênero é revelar a estrutura imitativa do gênero em geral” (*ibidem*, p. 26).

Nesse sentido, para Bento (2008, p. 21),

O corpo é um texto socialmente construído, um arquivo vivo da história do processo de (re)produção sexual. Neste processo, certos códigos naturalizam-se, outros, são ofuscados e/ou sistematicamente eliminados, posto às margens do humanamente aceitável, como acontece com as pessoas transexuais.

Trata-se da afirmação de uma “engenharia social”, calcada na pedagogia violenta que passa pelo constrangimento à violência física de fato, como medida de autoafirmação e controle em geral. O mesmo sistema que apresenta e mimetiza a norma de forma minuciosa, é simultaneamente coercitivo e punitivista contra qualquer possível desvio da norma. Nas palavras da autora supracitada:

As reiterações que produzem os gêneros e a heterossexualidade são marcadas por um terrorismo contínuo. Há um heteroterrorismo a cada enunciado que incentiva ou inibe comportamentos, a cada insulto ou piada homofóbica (BENTO, *idem*, p. 22).

Ao observar e tecer análises acerca dos trânsitos identitários e de sexualidade, é premente reconhecer que a transexualidade não é um fenômeno circunscrito pelos tempos atuais. É, pois, apreendida e vivenciada diferentemente ao longo dos tempos. A localização histórica faz-se necessária porque mesmo que seja possível identificar em outras épocas e sociedades semelhanças entre o que conhecemos por gênero e sexualidade hoje, tais expressões correspondem a um

determinado momento de construção social, e são extremamente vinculadas a uma relação de poder, ou então do biopoder¹⁶ - que também é situacional.

A transexualidade não é uma experiência identitária a-histórica, ao contrário, revela com toda dor e dramaticidade os limites de uma ordem de gênero que se fundamenta na diferença sexual. [...] é uma das múltiplas expressões identitárias que emergiram como uma resposta inevitável a um sistema que organiza a vida social fundamentada na produção de sujeitos “normais/anormais” e que localiza a verdade das identidades em estruturas corporais. (BENTO, 2008, p. 13).

Baseando-se nesta premissa de que estamos todas, todos e todos localizadas/os/es em um tempo e espaço, e que nossa personalização não ocorre no vácuo, muito menos a partir de determinantes biológicos (afinal, por que ter uma vagina me faria gostar mais de rosa e bonecas?), é possível considerar que somos seres capazes de reinventar nossos desejos e afinidades (BENTO, 2008).

Através de uma construção metafórica, Louro (2004), propõe pensar os corpos em movimento, como em uma viagem que é permeada de trânsitos, transformações e deslocamentos. Para a autora,

A viagem transforma o corpo, o “caráter”, a identidade, o modo de ser e de estar... Suas transformações vão além das alterações na superfície da pele, do envelhecimento, da aquisição de novas formas de ver o mundo, as pessoas e as coisas. As mudanças da viagem podem afetar corpos e identidades em dimensões aparentemente definidas e decididas desde o nascimento (ou até mesmo antes dele) (idem, p. 15).

2.2 Os primórdios dos debates sobre transexualidade no mundo

Como exposto no item anterior, a transexualidade é historicamente apropriada e marcada pelos saberes médicos e PSI. Nesse escopo, as diversas maneiras que um corpo pode se apresentar, foram – e ainda são – objetos de estranhamento e categorização dessas classes.

A lente utilizada para tal análise é regulada por um “homem universal”¹⁷, que é histórico e assinalado por diversas matizes ao longo do tempo – a exemplo do

¹⁶ De fato, a partir do século XVII, houve uma proliferação discursiva sobre o sexo, mas esse estímulo à fala também constituiu um meio de controle da sexualidade, um dos mecanismos do biopoder. (GUIMARÃES, 2012, p. 153). Abre-se, assim, segundo Foucault (1999), a era do biopoder. Uma explosão de técnicas diversas para obter a sujeição dos corpos e o controle das populações (GUIMARÃES, idem, p. 155).

¹⁷ A expressão “homem universal” se refere propositalmente ao **homem** cis heteronormativo, branco e elitizado (PASSOS, 2020, p. 74). Esse sujeito possui o privilégio de ser o eixo protagonista e referencial de todos os *outros*. Resta a esse *outro* a comparação, a estranheza, a abjeção, a coisificação, a marginalização (idem, 2020). Disponível em: <https://cejur.rj.def.br/uploads/arquivos/f69bf38dcc31430e90ae368657f66a6f.pdf>

patriarcado e do colonialismo. Por isso, o corpo que se supõe “anormal” só o é, pois existe um corpo que é considerado “normal”.

Em acordo com Vergueiro (2016, p. 34),

é crucial que reflitamos sobre os processos históricos que produzem, em cada contexto sociocultural, as compreensões sobre diversidades corporais e de identidades de gênero, localizando as funções genocidas que projetos coloniais cumpriram (e cumprem) contra estas diversidades.

[...]

Re+conhecer que a colonização de corpos e gêneros inconformes à cisnatividade remonta a processos genocidas e racistas nos posiciona – particularmente aquelas pessoas que, como esta autora, se situa de maneiras privilegiadas em relação à branquitude e classe dominantes – diante do desafio constante de ampliar as frentes de lutas decoloniais.

Com isso em mente, podemos viajar no tempo e passar por marcos importantes na construção do corpo sexuado e as distinções de gênero, possibilitando uma amplitude maior na apreensão da transexualidade enquanto expressão da própria norma.

Segundo Thomás Laqueur (2001), na ciência e compreensão social há uma passagem entre dois modelos de significação dos corpos. Até o final do século XVII, predominava a concepção do isomorfismo, que estabelecia uma diferença hierárquica entre os corpos a partir da ideia de que os órgãos da mulher – como a vagina e o útero – seriam uma versão equivalente, porém menos desenvolvida que os órgãos do homem (BENTO, 2008).

Essa afirmação se baseava na teoria de que a temperatura corporal das mulheres era mais fria em relação aos homens, o que culminava em órgãos menos desenvolvidos – porém mais propícios a gestação (LAQUEUR, 2001). Dessa forma, as mulheres eram consideradas incompletas e, portanto, inferiores aos homens e seus falos externos.

Ao se debruçar sobre a construção do corpo sexuado, a respeito do isomorfismo, Guimarães (2012, p. 151) afirma que “A diferença entre masculino e feminino era de grau de perfeição e não de natureza. As mulheres se diferenciavam dos homens por serem machos menos perfeitos, tanto no físico quanto no social, situados hierarquicamente mais abaixo”.

Com a chegada do século XVIII inúmeras mudanças já estavam ocorrendo a nível global, desde avanços científicos a transformações políticas em todos os eixos. Com tais mudanças, as posições dos corpos na sociedade também sofreram um deslocamento. O que antes era categorizado com base na “perfeição” biológica,

adquire um caráter político proeminente. A partir disso, para Laqueur (2001 apud Guimarães, 2012, p. 152), “uma nova forma de interpretar o corpo surge não como consequência de um maior conhecimento científico específico, mas como resultado, entre outros, de uma mudança política e epistêmica da época”.

Nesse momento inflamado por mudanças sociais, econômicas e políticas, torna-se necessário definir as distinções físicas entre o corpo-mulher e o corpo-homem, para então balizar a posição social que cada um ocuparia.

A ordenação dos corpos no modelo dimórfico estabelece uma dicotomia: dois sexos opostos e complementares (LAQUEUR, 2001; GUIMARÃES, 2012). Segundo Arán *et al.* (2009) “assim, o dispositivo da sexualidade instaurou a necessidade de saber, através da medicina, qual o sexo determinado pela natureza e, por consequência, aquele que a justiça exige e reconhece” (p. 1143). Diante disso, nos deparamos com o “sexo verdadeiro”, que é uma resposta e imposição histórica, em relação com a binariedade (ARÁN *et al.*, idem).

Conjuntamente a constituição da separação dos gêneros e as determinadas funções sociais, Bento (2017a) localiza que “Friedli (1999) [...] resgatou inúmeros casos de mulheres que se passavam por homens, fato interpretado pela autora como uma resistência aos novos papéis de mãe e de esposa que lhes estavam sendo imputados” (p. 116). Tal observação sugere, dentre diversas possibilidades, que o trânsito entre expressões identitárias não é algo recente, mas tem na história leituras e apreensões diferenciadas.

No final do século XIX, antes mesmo da heterossexualidade ser difundida enquanto categoria nomeada, o termo “homossexual” já havia sido cunhado para enquadrar todas as pessoas que não se encaixavam nas determinações normativas¹⁸. Sob lutas e resistências, somente em 1973 o termo “homossexualismo” foi retirado do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-IV) e, posteriormente, em 1990 o uso do termo é eliminado da Classificação Internacional de Doenças (CID-10) pela Organização Mundial da Saúde (OMS) (CANNONE, 2019).

¹⁸ Para mais informações ver em “Historicizando a Transexualidade em Direção a uma Psicologia Comprometida”, de Lara A. R. Cannone, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003228487>

Na marca do século XX, exatamente em 1952, eclodiu no mundo o primeiro grande caso de cirurgia de redesignação sexual, protagonizado por Christine Jorgensen, na Dinamarca¹⁹.

A partir disso, a transexualidade foi profundamente cooptada pelos saberes biomédicos e pelas ciências PSI. Logo surgem os primeiros documentos internacionais oficiais²⁰ que pautam a compreensão a respeito das dissidências de gênero, em especial da transexualidade, sob o crivo dos estudos de aferição, métricas, patologização e outros – sempre pelo viés da generificação binária e heteronormativa, por meio do modelo dimórfico (BENTO, 2008).

A partir desse momento histórico da materialização de documentos e diagnósticos, a definição do “sexo” desde o nascimento torna-se fundamental para justificar posição social, comportamentos, direitos e deveres. A ciência vai legitimar essas diferenças, sempre em um lugar de afirmação binária intransponível. Bento (2008, p. 15), em análise contextual, informa que,

Todo sujeito tem um sexo e a ciência deveria desfazer os “disfarces” da natureza e determinar o sexo verdadeiro a partir de um exame minucioso. [...] Os discursos da diferença sexual darão suporte, a partir de um discurso científico, ao julgamento das condutas. Por essa concepção, a mulher e o homem são portadores de diferenças irrelativizáveis. [...] O único momento de encontro possível aconteceria no ato sexual.

Resumidamente concebemos, então, gêneros binários compulsórios reforçados por uma “heterossexualidade compulsória” (RICH, 2012), com a justificativa de complementariedade para dar sentido a esta ideologia difundida e defendida. Pode-se reafirmar que gênero e sexualidade caminham juntos e se retroalimentam.

Retornando aos marcos na história, com base em Bento (2008, 2017a), afirma-se que Harry Benjamin, endocrinologista, foi um dos pioneiros a tratar da questão trans. A publicação do seu livro “Fenômeno transexual”, em 1966, estabeleceu parâmetros para identificar e diagnosticar o “verdeadeiro transexual”, com fins à cirurgia de redesignação como única forma de tratamento possível.

De acordo com Bento (2008, p. 58),

¹⁹ Este é o primeiro caso a se popularizar, mas de fato não é o primeiro caso de realização de cirurgia de redesignação constatado.

²⁰ DSM IV: *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders*; CID-10: Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde; e SOC: *State of care*, ou Normas de Tratamento.

Em 1969, realizou-se em Londres o primeiro congresso da Associação Harry Benjamin que passaria a chamar-se Harry Benjamin International Gender Dysphoria Association (HBIGDA) em 1977. A transexualidade passou a ser considerada como uma “disforia de gênero”, termo cunhado por John Money em 1973.

A HBIGDA²¹ tratou de formalizar as normas mundiais em relação as pessoas transexuais, por meio do documento chamado State of Care (SOC), ou Normas de Tratamento, em tradução literal. Em conjunto com o DSM-IV, da Associação Psiquiátrica Americana (APA) e o CID-10, da OMS, estabelece-se a definição da transexualidade enquanto patologia – em termos patologizantes – e os critérios para o tratamento (idem, 2008).

A concepção de transexualidade para Benjamin se assentava na desordem biológica generalizada, que, em todo caso, só poderia ser corrigida através da cirurgia de “readequação” (BENTO, 2017a). Ao contrário do que defendiam os profissionais da saúde mental, “sempre reticentes à intervenções corporais como alternativas terapêuticas, consideradas por muitos psicanalistas como mutilações.” (idem, 2017, p. 36).

A exemplo disso, John Money e Robert Stoller, sob a base psicanalítica, referenciavam a inconformidade dos gêneros como uma desordem mental, de cunho construtivista²². De acordo com Bento (2017a), Money e Stoller foram grandes defensores do modelo dimórfico. O primeiro, debruçado sobre os casos conhecidos como “hermafroditas”²³, acreditava que a forma das genitálias poderia afetar o comportamento. Desse modo, a ciência e as instituições deveriam interferir para adequação no primeiro ano de vida. Ainda em Bento (idem, p. 37), as teses de John Money defendiam que “As formulações sobre a pertinência de intervenções nos corpos ambíguos dos intersexos e dos transexuais terão como matriz comum a tese da heterossexualidade natural”.

Os estudos de Robert Stoller, por sua vez, compõem uma das vertentes que Bento (*ibidem*) vai chamar de “transexual stolleriano” – a outra vertente corresponde

²¹ Em 1998, a instituição mudou seu nome para World Professional Association for Transgender Health (WPATH). Ver em: <https://wpath.org>

²² “a construção é entendida como uma espécie de artifício manipulável, uma concepção que não só pressupõe um sujeito, mas reabilita precisamente o sujeito voluntarista do humanismo que o construtivismo teme procurado, em certas ocasiões, por uma causa.” BUTLER, Judith. Corpos que Importam: os limites discursivos do “sexo”. 1ª edição, 400 p. São Paulo: Crocodilo Editora, 2019. p. 24.

²³ Termo amplamente contestado por estudiosos e ativistas no movimento pela **Visibilidade Intersexo**, por seu caráter historicamente preconceituoso e patologizante. Para mais informações, acesse: Visibilidade Intersexo. Nações Unidas Brasil, 2023. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/250681-visibilidade-intersexo>

às teses defendidas por Harry Benjamin, que recebe o nome de “transexual benjaminiano”. Stoller ancora a explicação para a transexualidade no esteio da personalidade da mãe em relação ao filho, principalmente.

A tese se estende também a relação do pai com a filha, no entanto Bento (2008) afirma que para o psicanalista a existência de transexuais femininas era muita mais significativa quantitativamente. Para Stoller, a equação é simples: “caso deixassem as crianças “livres” [sem supervisão acerca do comportamento em detrimento do sexo], seriam potencialmente adultos transexuais e que, provavelmente, reivindicariam a cirurgia de transgenitalização” (BENTO, idem, p. 64).

Enquanto isso o conceito de “transexual benjaminiano” vai ser lido sob os fundamentos ‘biologicistas’, o qual compreenderá o sexo verdadeiro a partir “de vários sexos: o cromossomático (ou genético), o gonádico, o fenotípico, o psicológico e o jurídico” (BENTO, 2017a, p. 145).

Contudo, apesar das múltiplas teses apresentadas percorrerem alguns caminhos divergentes em relação à gênese da transexualidade e o tratamento ideal, todas se apoiam no modelo dimórfico e ‘heterocentrado’ e se encontram na tentativa de desvendar o “verdadeiro transexual” com base em seus métodos universais de aferição (BENTO, idem).

Em relação a “verdadeira transexualidade”, Bento (2008, p. 58) discorre acerca dos parâmetros estipulados como medida para o diagnóstico da transexualidade - ou ‘transexualismo’, como se afirmava na época. Medida controversa, o diagnóstico acarretou a possibilidade de cirurgias de redesignação, por exemplo, como pode ser visto em Arán *et al.* (2008), mas também em uma homogeneização da subjetividade e demais características do sujeito que traz em si incorporações da (hetero)normatividade binária, ao mesmo tempo que uma inadequação a esta.

Nas palavras da autora:

Ler a sexualidade pela lente do gênero, supor o masculino e feminino como expressões da complementaridade do sexo, ou que as transformações corporais realizadas pelas pessoas transexuais são os ajustes necessários para se tornarem heterossexuais, é considerar o binário como modelo único para expressar as construções das identidades (BENTO, 2008, p. 59).

Em outras palavras, há um esforço médico-legal para produzir e difundir estudos sobre um *outro*, mantendo a posição de *outro*, e apresentando uma parca possibilidade de ter as vivências legitimadas a partir das mesmas ferramentas e

concepções do centro. Ou seja, a norma vigora através da carne de quem a desafia, seja pela contingência, seja pela punição, seja por ambos.

2.2.1. A transexualidade no Brasil: breve contextualização

Enquanto os debates sobre gênero e sexualidade ganhavam corpo teórico fora do Brasil, em território nacional era necessária profunda cautela, pois entre as décadas de 1960 e 1980 estava em curso uma Ditadura Militar. Contudo, ao final desse período, o movimento de redemocratização, que culminou na nova Constituição Federal (CF/1988), e, posteriormente, na regulamentação do Sistema Único de Saúde (SUS/1990), fora impulsionado por ondas de movimentos sociais que se articulavam, ainda que clandestinamente.

De acordo com Trindade (2014, p. 56-57)

É neste contexto que – no bojo da eclosão dos movimentos estudantis em diversas partes do mundo, inclusive no Brasil – emerge, também, o movimento de luta dos homossexuais no país, com as primeiras manifestações pelo reconhecimento de seus direitos, inclusive o de acesso à saúde. Tais manifestações foram duramente reprimidas pelo regime ditatorial, inclusive mediante a aplicação de sanções criminais por atentados à moral pública e aos bons costumes.

Contudo, os avanços conquistados na saúde com a Reforma Sanitária foram significativos, e cruciais para os movimentos de gênero e sexualidade (LGBTQIAPN+) na busca pela regulamentação de políticas que assegurassem a dignidade humana nas linhas de cuidado, nesse caso, especialmente da população trans.

Porém, cumpre ressaltar que a história da transexualidade no Brasil não começa com os estudos de Harry Benjamin, na década de 1960, nem com a rebelião de Stonewall, no final da década. Antes, bem antes do “homem universal” estabelecer documentos e diretrizes, a expressão de gênero já transpassava os corpos no Brasil.

Após alguns estudos de resgate sobre a Inquisição no Brasil, Xica Manicongo ressuscita a travestilidade em tempos passados. Travesti, do Congo, escravizada, moradora de Salvador, Bahia, Brasil-colônia. Xica “foi a primeira pessoa documentada como travesti na história do Brasil, devido a uma denúncia feita contra ela no Tribunal do Santo Ofício em 1591” (SARMET, 2022).

Ao repassar tais documentos, Majorie Marchi, militante, travesti e negra que, na época do estudo, era presidente da ASTRA-Rio (Associação de Travestis e Transexuais do Rio de Janeiro), leu e reafirmou a vida de Xica Manicongo na história trans brasileira (JESUS, 2019, p. 255).

Havia travestis não só ali na Ladeira da Misericórdia, mas também em Fez, na nação Tupinambá, em São Paulo de Luanda, no Deserto do Mojave, em Goa... em todo lugar e tempo, ainda não sendo chamadas ou denominadas de travestis, porém trazendo outros nomes para esse afeto que nos une até hoje: o de nos reconhecermos onde o cis-tema (ou cistema) nos nega. Guerrilha de ser. Precisou uma travesti do século XX nomear Xica no século XXI. Travessia.

Em consonância, os registros resgatam a vida e trânsito de Xica Manicongo do século XVI para os tempos atuais.

Em continuidade a historicidade brasileira, no início da década de 1960 é fundado o primeiro grupo LGBTQIAPN+ no Brasil, mais precisamente na Zona sul do Rio de Janeiro. A princípio, A Turma OK²⁴ é formada por homens, funcionários públicos, que se reuniam em seus apartamentos para existir “como gay/homossexual” (SOLIVA, 2019):

Havia ainda pequenas apresentações, nas quais homens “vestidos do outro sexo” exibiam roupas e faziam dublagem de importantes cantoras do momento. As apresentações eram aplaudidas com o estalar dos dedos em função do receio de serem descobertos pelos vizinhos e denunciados às instituições responsáveis pela repressão política do regime ditatorial instalado no país depois de 1964. Este episódio é ainda lembrado pelos sócios mais antigos da Turma OK. Os membros referem-se a esse período com muito orgulho, como símbolo da resistência dos que sofriam com a falta de liberdade (SOLIVA, 2019, p. 66).

Com o passar do tempo o grupo sofreu uma pausa forçosa com a vigilância e violência constante do regime militar, mas nunca se desfez por completo. Tanto é que atualmente é um dos grupos mais antigos – se não o mais antigo – de resistência LGBTQIAPN+, passando por períodos de renovação e superação em acordo com os novos movimentos sociais que foram surgindo (SOLIVA, 2019).

Poucos anos depois, em 1971, o cirurgião Roberto Farina é responsável pela primeira cirurgia de “mudança de sexo” realizada em São Paulo. No entanto, o médico foi condenado a prisão por ação movida pelo Conselho Federal de Medicina, com a alegação de “lesão corporal grave”. Após recursos, Farina foi absolvido, respaldado por documentos que afirmavam sofrimento da pessoa operada, tendo a cirurgia de redesignação como meio terapêutico indicado (BENTO, 2008; TRINDADE, 2014).

Nessa esteira, o final do século XIX e início do século XX foram marcados por alterações no aparato legal nacional concernente ao reconhecimento da transexualidade enquanto agenda de saúde e de direitos civis. Na década de 1990, o Conselho Federal de Medicina (CFM), aprovou, através da Resolução nº 1.482, de

²⁴ Para conhecer mais, ver: <https://www.instagram.com/turmaokrio/>

1997²⁵, a realização de cirurgias de transgenitalização em caráter experimental, somente em hospitais universitários ou públicos que fomentassem pesquisas (ARÁN *et al.*, 2008).

Uma nova resolução revoga a anterior, e fica decidido a partir da Resolução do CFM, nº 1.652, de 2002²⁶,

que as cirurgias para adequação do fenótipo masculino para feminino poderão ser praticadas em hospitais públicos ou privados, independentemente da atividade de pesquisa. No caso da neofaloplastia e/ou procedimentos complementares, a realização se manteve condicionada à prática em hospitais universitários ou públicos adequados para a pesquisa (idem, 2008, p. 70-71).

Passando pela Resolução nº 1.995, de 2010²⁷, que avança insuficientemente em relação a cirurgias secundárias no que tange os fenótipos masculinos, chegamos a atual e praticada Resolução nº 2.265, de 2019²⁸ que amplia o diálogo com outros Conselhos – incluindo o CFESS –, e altera significativamente o texto da normativa, bem como a gramática, destacando-se pela transição do aspecto predominantemente patologizante para a compreensão de outros saberes, integralizando a atenção e cuidados disponibilizados a pessoas trans.

Nessa perspectiva, a Resolução nº 2.265/19 incorpora as terminologias em acordo com a OMS; inclui travestis e outras expressões identitárias; diz respeito ao nome social; dentre outras demandas que estão em disputa há tempos. Em nota de apoio, o CFESS (2020)²⁹ reconhece que a normativa não esgota as necessidades “pelo próprio movimento dinâmico da sociedade e dos avanços a partir de estudos científicos”. Ademais,

No campo da defesa por garantia de direitos, no qual atua o Serviço Social brasileiro, ao tempo em que avaliamos que ainda existem aspectos a se avançar, também reconhecemos como importantes os novos paradigmas para a assistência médica à população trans (idem).

²⁵ Conselho Federal de Medicina. (1997, 19 set.). Resolução no. 1482 de novembro de 1997. Diário Oficial da União, Brasília, DF. Disponível em: https://sistemas.cfm.org.br/normas/arquivos/resolucoes/BR/1997/1482_1997.pdf

²⁶ _____. (2002, 02 dez.). Resolução no. 1652 de maio de 2002. Diário Oficial da União, Brasília, DF. Disponível em: <https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/resolucoes/BR/2002/1652>

²⁷ _____. (2010, 03 set.). Resolução no. 1995 de setembro de 2010. Diário Oficial da União, Brasília, DF. Disponível em: https://sistemas.cfm.org.br/normas/arquivos/resolucoes/BR/2010/1955_2010.pdf

²⁸ _____. (2019, 20 set.). Resolução no. 2.265 de setembro de 2019. Diário Oficial da União, Brasília, DF. Disponível em: <https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/resolucoes/BR/2019/2265>

²⁹ Conselho Federal de Serviço Social. (2020, 13 abr.). Nota de apoio à Resolução CFM nº 2.265/2019. Gestão É de batalhas que se vive a vida (2017-2020). Brasília, DF. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/2020-NotaCFESSapoioResCFM.pdf>

Na esteira da história, transitamos no tempo e voltamos a 29 de janeiro de 2004, quando foi criado o Dia Nacional da Visibilidade Trans. Nesse dia, houve um movimento coordenado por travestis, aliado ao Ministério da Saúde (MS), que visitaram o Congresso Nacional, em Brasília, levantando a bandeira “Travesti e Respeito”.

Segundo Leite, em sua tese de doutorado sobre o tema (2022, p. 23)³⁰,

A campanha visava a sensibilizar parlamentares e sociedade civil para os direitos e as demandas da população que, na década seguinte, seria reconhecida por pessoas trans, englobando, além das pioneiras do movimento, outras dissidências de gênero que, em comum, não se reconhecem pela designação sexual que receberam ao nascer e que se identificam como transexuais ou transgêneros/as/es.

No ano seguinte, ainda sob normativas legais incipientes, ocorreu a primeira jornada “intitulada “Transexualidade e Saúde: a assistência pública no Brasil”, promovida pelo Instituto de Medicina Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (IMS/UERJ) e pela Coordenação de Saúde Mental do Ministério da Saúde” (Arán et al., 2008, p. 71). Esse acontecimento em conjunto com a criação do Coletivo de Transexuais, em 2006, além da reunião a respeito do “Processo Transexualizador no SUS”, evidenciaram a precarização e fragmentação dos serviços voltados a população trans (*idem*, 2008).

Para além dos procedimentos e reconhecimento na área da saúde, há um pequeno-grande incômodo que não se pode perder de vista: o nome. Além de uma linguística carregada de gêneros, o nome também encontra lugar nos corpos. Em um primeiro momento, a resposta que as pessoas trans encontrarão é o que Berenice Bento (2017b) vai chamar de “gambiarras legais”: um arranjo em que você apresenta um nome que gostaria de ser chamada/o/e, mas sem alterar no nome de registro. Claro que o nome social oferece esperanças para muitas pessoas, mas está longe de ser uma medida eficiente de afirmação da dignidade humana e de combate contra o preconceito.

A tutela histórica e generalizada do Estado e da medicina sobre o gênero e a sexualidade ainda transpassa os corpos, cria “micronormatizações” (BENTO, 2017b) e migalhas de direitos que, ainda que lancem luz a alguma visibilidade e

³⁰ LEITE, Tatiana Clébícar. ‘Transver o mundo’: o Dia Nacional da Visibilidade Trans pela ótica de pessoas, campanhas e notícias. 2022. xxi, 285 f. Tese (Doutorado em Informação e Comunicação em Saúde) - Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/55984>

amortecimento do sofrimento, denota o quanto a agência do “eu” é delegada a “eles”. O que se sabe, é que o caminho só é possível quando vários “eus” se encontram e formam “nós”.

Retornando a agência (d)eles, faz menos de uma década que o Supremo Tribunal Federal (STF) reduziu a burocracia e a judicialização em torno da mudança do nome de registro civil. Em 2018, a partir do Provimento nº 73/2018, da Corregedoria Nacional de Justiça³¹, autorizou-se a alteração do nome e gênero direto no Cartório de Registro Civil, sem a necessidade de quaisquer procedimentos no âmbito da saúde³².

Para além desses marcos, é notável o aumento da presença de pessoas trans, travestis e outras expressões identitárias marginalizadas ocupando cargos políticos. Segundo Benevides (2024a)³³, para o portal da Antra, dados coletados até início de outubro desse ano informam que “pelo menos vinte e oito candidaturas trans foram eleitas em 2024. Todas para o cargo de vereança”.

A ocupação e pressão nesses espaços é fundamental, pois, em tempos de acirramento do neoliberalismo e do neoconservadorismo no Brasil³⁴, é visível o recrudescimento dos preconceitos e violências projetados para aprofundar a marginalização de determinados grupos que se destacam dos padrões normativos.

Revisitar as conquistas também é dar visibilidade a populações historicamente negligenciadas, mas que nem de longe são o suficiente para reparar a realidade de violações traduzidas na ação e inação direcionadas a essas pessoas.

³¹ Para mais informações ver em: https://atos.cnj.jus.br/files/provimento/provimento_73_28062018_02072018160046.pdf

³² Cartilha elaborada pela Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais (Arpen-Brasil) para explicar os procedimentos da solicitação para substituição do nome e gênero em Cartório. Disponível em: <https://arpnbrasil.org.br/wp-content/uploads/2022/06/Transgeneros-2.pdf>

³³ Ver em: <https://antrabrasil.org/2024/10/07/trans-eleitas-2024/>

³⁴ Para aprofundamento sobre neoconservadorismo, ver em “Notas sobre a complexidade do neoconservadorismo e seu impacto nas políticas sociais”, de Guilherme Silva de Almeida, para a Revista Katálysis, em 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-02592020v23n3p720>

3. O ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO TRANS NO BRASIL

Em nossa carne trans, todes estão aqui conosco a todo momento – todes que já se foram, todes que ainda virão. Se os tempos andam duros, que reaprendamos das nossas mais velhas artes de habitar as brechas e escorrer pelos possíveis. Que possamos, tal como nos ensina o adinkra Sankofa a caminhar para frente olhando para trás, mas levando na boca o sagrado ovo que guarda o futuro.

(Céu Cavalcanti, apud Benevides, 2022, p. 128).

A preocupação precípua deste capítulo reside em analisar o envelhecimento da população trans, foco do presente estudo. Sob a égide da interseccionalidade, e sob a luz do materialismo histórico dialético, tratar de tal assunto significa se ocupar de uma parcela da população reconhecidamente mais vulnerável, que, na ausência ou impossibilidade dos familiares, devem ter assegurados a proteção e o amparo legal, atualmente preconizados pela Constituição Federal de 1988, pela Política Nacional do Idoso (PNI) e pelo Estatuto do Idoso de 2003.

Ademais, enquanto categoria profissional que trabalha pela defesa e garantia dos direitos humanos e sociais, o Serviço Social possui um arcabouço legal que possibilita sustentação às discussões e problemáticas sublinhadas, vide o Código de Ética Profissional de 1993 (CFESS, 2012), e as diversas notas emitidas pelo conjunto CFESS/CRESS em constante luta contra as desigualdades e precarização da vida.

Em síntese, o presente capítulo aborda questões relacionadas ao fenômeno do envelhecimento, como este se configura no Brasil, a atual mudança no perfil da população idosa brasileira nos últimos anos, com destaque principal à população trans.

3.1 Envelhecimento e velhice: concepções atuais

Inicialmente, os estudos sobre velhice e envelhecimento no Brasil começam a ganhar força e relevância na década de 1970, mas só adquire atenção no final da década de 1980 (VERAS & CALDAS, 2004). Nesse período é notável os avanços científicos e tecnológicos de modo geral, e em termo de saúde. O que resultou em um aumento da população idosa – em algumas análises – de forma acelerada.

Nessa esteira, a autoria citada (*idem*, p. 425) assinala que:

muitos profissionais nas áreas da saúde e das ciências humanas e sociais tomaram como ponto de partida a marcante obra de Simone de Beauvoir (1970), A velhice, e, no âmbito nacional, os eloquentes trabalhos de Eneida Haddad, A ideologia da velhice (1986), e de Ecléa Bosi, Lembranças de velhos (1987). Estas autoras discutem a perda do valor social do idoso em função do avanço do capitalismo, que torna o idoso elemento descartável de um sistema que singulariza a capacidade produtiva em detrimento de outras dimensões do humano.

Para Renato Veras e Célia Caldas (2004), o século XX caracterizou-se por profundas e radicais transformações, destacando-se o aumento do tempo de vida da população como o fato mais significativo no âmbito da saúde pública mundial, pois de acordo com os referidos autores (*idem*), uma das maiores conquistas da humanidade foi à extensão do tempo de vida.

É importante destacar que a noção de velhice como etapa diferenciada da vida emergiu no período de transição entre os séculos XIX e XX. Dois fatores destacam-se como fundamentais e determinantes para o surgimento da velhice: a formação de novos saberes médicos sobre o corpo envelhecido e a institucionalização das aposentadorias (SILVA, 2008).

A velhice era tratada como uma fase da vida caracterizada pela decadência e pela ausência de papéis sociais, sendo o envelhecimento associado ao deterioramento do corpo, delimitado por estudos biológicos e fisiológicos (UCHÔA *et al.*, 2002).

Na esteira de Uchoa (*idem*), Dias (1998) assinala que existem algumas diferenciações em torno destes conceitos, uma vez que o envelhecimento é compreendido enquanto um processo; a velhice, por sua vez, é uma fase da vida, e que a pessoa idosa é o sujeito social que vivencia esse ciclo.

Nesse sentido, os recortes etários servem para delimitar períodos das fases da vida e conferir identidade aos seus referentes. Tais recortes são naturais ou inerentes à humanidade, sendo produzidos socialmente por meio de períodos históricos (ROZENDO *et al.*, 2011).

O mais comum para que venhamos demarcar o que vem a ser um/a idoso/a é ter como base o limite etário determinado em lei. Nessa esteira, a Organização Mundial da Saúde (OMS) considera como idosas as pessoas com 60 anos ou mais residentes em países em desenvolvimento, e com 65 anos ou mais aquelas que residem em países desenvolvidos.

Com isso, a partir do disposto no Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº

10.741/2003), as pessoas com mais de 60 anos são consideradas idosas no Brasil, com prioridade especial assegurada àquelas com mais de 80 anos.

Biologicamente, a velhice pode ser caracterizada por um desgaste natural das estruturas orgânicas, que passam por modificações com o avançar da idade. Contudo, definir velhice somente do ponto de vista biológico, é delimitá-la apenas como uma fase cronológica, e tratar os idosos como seres homogêneos, ignorando aspectos importantes do contexto sociocultural em que estão inseridos. Conforme Uchôa *et al.* (2002), apenas na contemporaneidade esse olhar sobre a velhice como um fato biológico perde força e a velhice e o envelhecimento passam a constituir objetos de estudo da Antropologia, por exemplo.

Por consequência, a velhice tem sido compreendida de maneira diferente de acordo com períodos e estrutura social, cultural, econômica e política de cada sociedade. Ela ultrapassa as alterações físicas, devendo ser considerados seus fatores sociais, culturais, psicológicos, econômicos, dentre outros.

Segundo Minayo e Coimbra Jr., (2002, p.14):

O envelhecimento não é um processo homogêneo. Cada pessoa vivencia essa fase da vida de uma forma, considerando sua história particular e todos os aspectos estruturais (classe, gênero e etnia) a eles relacionados, como saúde, educação e condições econômicas.

Importa mencionar, ainda, que o envelhecimento, no imaginário social, está associado com sofrimento, solidão doença e morte, e neste imaginário é difícil observar algum prazer de viver nessa fase da vida. A sociedade constrói diferentes práticas e representações sobre a velhice. A visão negativa da velhice, como o fim de uma etapa, foi construída historicamente na sociedade (JARDIM *et al.*, 2019).

O estigma de uma velhice associada à perda, doença e incapacidade que o imaginário social tem a respeito desta fase da vida, muitas vezes é absorvido pelo próprio idoso.

Difícil reconhecer-se como velho, porque a velhice, na nossa sociedade, é sempre associada à decadência, muito mais que à sabedoria e experiência. Alguns idosos assumem para si esse estigma social e passam a ter um negativismo em torno do envelhecimento e da velhice (JARDIM et al, 2019 p.31).

A velhice na sociedade sempre foi pensada como uma carga econômica para família e para sociedade. Esta noção da velhice como problema faz com que o idoso seja visto como “descartável”, “passado” ou “peso social”. Esta forma negativa da concepção do envelhecimento é alimentada pela ideologia “produtivista” que

sustentou a sociedade capitalista industrial, de que se a pessoa não é capaz de trabalhar e de ter renda própria, de pouco ou nada serve para sua comunidade ou seu país (MINAYO; COIMBRA JR., 2002).

A institucionalização dos sistemas de aposentadoria criou agentes especializados na gestão da velhice; a transferência da responsabilidade das famílias para esses novos agentes; e a consolidação da velhice como categoria etária. Mas outra consequência foi fundamental para a definição da emergente identidade etária da velhice: a associação inequívoca entre velhice e invalidez. De fato, em um momento no qual a capacidade e a posição do indivíduo no trabalho delimitam muito sua identidade, ser aposentado é ser efetivamente inválido, incapaz e ocioso. Tem início então, uma associação entre velhice e incapacidade que só recentemente vem sendo desfeita (SILVA, 2008).

Silva (*idem*) destaca que a identidade entre velhice e invalidez como consequência da institucionalização das aposentadorias, contudo, seu estabelecimento contribuiu para a caracterização da velhice como categoria política. O aposentado não é somente o sujeito incapaz para o trabalho, mas também o sujeito detentor de direitos sociais legítimos, cujo reconhecimento lhe permite reivindicar benefícios em nome de uma categoria.

O termo velhice carrega uma série de connotativos pejorativos que marcam o estigma do envelhecimento. O termo velho é associado a decadênciça física e a incapacidade produtiva, este imaginário social surge com o desenvolvimento dos meios de produção capitalista e se vincularam as idades mais avançadas com a ideia de invalidez para o trabalho (ROZENDO *et al.*, 2011).

Ainda de acordo com Rozendo *et al.* (*idem*), depois da segunda metade do século XX, uma divisão social e identitária começou a ser construída para diferenciar os velhos das camadas médias urbanas e da população envelhecida menos favorecida. O termo velho não serviria para designar os indivíduos das camadas médias urbanas que adentravam as aposentadorias a partir da década de 1960.

A partir da década de 60 o termo começa a desaparecer da redação dos documentos oficiais franceses, que passam a substituí-lo por 'idoso', menos estereotipado. Ao mesmo tempo, o estilo de vida das camadas médias começa a se disseminar para todas as classes de aposentados, que passam a assimilar as imagens de uma velhice associada à arte do bem viver. Surge o termo 'terceira idade' que torna pública, estabiliza e legitima a nova sensibilidade investida sobre os jovens e respeitados aposentados (SILVA, 2008b, p. 163).

O termo “terceira idade” emerge, então, para designar um segmento da senilidade capacitado para uma vida ativa. Mais que uma referência à idade cronológica, a expressão terceira idade é uma forma de tratamento das pessoas de idade mais avançada que não adquiriu conotação pejorativa.

Segundo Silva (2008), a terceira idade pode ser entendida como uma nova identidade, autônoma e diferenciada da identidade da velhice e a sua origem deve ser compreendida como uma negação social da velhice propriamente dita. No lugar das tradicionais imagens que articulavam o envelhecimento apenas “ao descanso, à quietude e à inatividade”, emerge um modelo de identidade que, na sua definição, inclui “o estímulo à atividade, a aprendizagem, a flexibilidade, o aumento da satisfação pessoal e a formação de vínculos afetivos inéditos” (SILVA, idem, p. 802).

Assim, o termo velhice serviria para designar um período da vida de frente à pobreza, à dependência e à passividade. A velhice retrata o idoso como doente, isolado, abandonado pela família e alimentado pelo Estado. Já a expressão “terceira idade” designa idosos ativos, inclusive sexualmente, aptos a desafios e novas experiências, com poder aquisitivo suficiente para driblarem os estigmas e os sinais estéticos do envelhecimento (ROZENDO *et al.*, 2011).

Na esteira de Rozendo *et al.* (2011), Simões (1998, p. 38) assinala que:

Há alguns séculos, a “velhice” era vinculada à pobreza, à inatividade, à quietude. Somente a partir da década de 1960 novas imagens são integralizadas e associadas ao processo de envelhecimento, quais sejam, a saúde, atividade, aprendizagem e satisfação pessoal, perpassando as duas dimensões: Uma considerada como sucessão de perdas e outra que assume a vida como um estágio de observação e equilíbrio (SIMÕES, 1998).

Velhice e terceira idade embora sejam constituídas por um grupo de pessoas que correspondem cronologicamente ao mesmo grupo, possuem evidentes diferenças nos seus modos de existir.

3.2 O envelhecimento da população cisgênera no Brasil: produção e reprodução da vida (i)material

Nas sociedades ocidentais, não são raras as situações nas quais a pessoa idosa é marginalizada, menosprezada, abandonada pela família e, por vezes, entregue à “própria sorte”.

O Brasil integra as chamadas sociedades ocidentais e sua população vem envelhecendo. Logo, cabe questionar de que maneira a sociedade, a cultura brasileira e, sobretudo, as políticas sociais públicas vêm “enfrentando” a questão do

envelhecimento e, ademais, como têm sido construídos os programas, os projetos e as ações voltados à população idosa, especialmente, para os segmentos precarizados e com frágeis mecanismos de proteção social.

De acordo com Myriam Lins de Barros (1998, p. 7), “a velhice assusta” e a certeza da finitude da vida sempre foi um tema de filósofos, religiosos, pensadores, mulheres e de todos os homens.

A referida frase da autora (*idem*) – considerada no campo da Antropologia pioneira dos estudos sobre envelhecimento no Brasil – é emblemática, ou seja, a temática da velhice, ou ainda, o processo de envelhecimento instiga-nos e, ao mesmo tempo, nos amedronta.

Trata-se de constatar o inexorável de nossa existência, de nos colocar diante da vida e da morte, das verdades, das certezas, enfim, diante dos limites e das possibilidades, das formas de sociabilidade e de convívio em situações distintas, ao longo dos diferentes estágios de nossa existência.

Como se percebe, envelhecer, de fato, assusta e, às vezes, nos imobiliza. Decerto que há nesse capítulo fortes elos com a nossa história de vida e, como não poderia ser diferente, também há alguns “atravessamentos” com o “nossa” objeto de estudo.

Reconhece-se que a velhice, ou ainda, os processos de envelhecimento são construídos social e culturalmente, além das condições geracionais propiciadas às pessoas e grupos. Decerto que todos nós envelhecemos, mas os aportes materiais e imateriais das diferentes sociedades tornam o envelhecer mais ou menos sofrido, mais ou menos saudável, mais ou menos prazeroso.

Quando se fala em aportes materiais, pensa-se nas condições de acesso a bens e serviços coletivamente produzidos, que são necessários para nos mantermos vivos, saudáveis e em condições de “nos preparamos” para envelhecer. Ademais, não se pode ignorar a importância do acesso aos requisitos básicos de sobrevivência, como moradia, alimentação, saúde, trabalho, lazer, dentre outros.

Nesse sentido, destaca-se o debate dos “princípios e diretrizes” que, criados a partir das lutas e movimentos populares ao longo da década de 1980, resultaram na promulgação da Constituição Federal de 1988. Na sequência, emergiu a nova

Seguridade Social brasileira³⁵, com forte apelo para garantia de direitos sociais, dentre eles, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), o Sistema Único de Saúde (SUS) e o Estatuto do Idoso.

Sabe-se que a temática da velhice e do envelhecimento é vasta e diversificada. Por conseguinte, escapa de os limites dessa monografia percorrer de maneira exaustiva os seus caminhos analíticos, com entradas em diferentes campos disciplinares.

Assim, o debate apoia-nos nas formulações de Alves (2011, p. 12) para situar historicamente a velhice na “vida moderna”, quando na “virada do século XIX para o XX teria sido o momento histórico de edificação da velhice como um período distinto do curso da vida e dos velhos como uma população identificável socialmente”.

Ainda seguindo Alves (*idem*), percebe-se que as transformações em diferentes dimensões da vida social – econômica, política, social e cultural – ao longo do século XX, trouxeram consequências distintas para sociedades e culturas em escala mundial.

Evidentemente, em países “dependentes e periféricos” e com elevado nível de desigualdade social, os efeitos das alterações nos processos de produção e reprodução do capital, são mais perversos para o conjunto dos trabalhadores.

O Brasil, ainda que seja um país de “porte continental”, com reservas naturais estratégicas, grande contingente populacional, padece de um nível de desigualdade social absurdo³⁶. Das fraturas estruturais referidas à formação social e cultural do país, sobressai a desigualdade fundiária, a baixa escolaridade, inclusive a qualificação profissional, o precário acesso à saúde, moradia, transporte, lazer, enfim, acesso a bens e serviços coletivamente produzidos.

Assim, constata-se na quase totalidade dos municípios brasileiros, precárias, ou mesmo inexistentes condições adequadas de reprodução material e espiritual para amplas parcelas da população. Sabe-se que crianças, mulheres e idosos são os

³⁵ O tripé da Seguridade Social abrange o envelhecimento na Assistência, na proteção básica para proteger e prevenir contra situações de riscos, conferindo também o acesso a benefícios, e na proteção especial atuando contra a violação de direitos; na Saúde, conferindo a pessoa idosa prioridade nos atendimentos; e na Previdência em relação as aposentadorias.

³⁶ “Entre os países para os quais existem dados disponíveis, o Brasil é o que mais concentra renda no 1% mais rico, sustentando o 3º pior índice de Gini na América Latina e Caribe (atrás somente da Colômbia e de Honduras). Em relação à renda, o 1% mais rico da população recebe, em média, mais de 25% de toda a renda nacional, e os 5% mais ricos abocanham o mesmo que os demais 95%. Informações extraídas da obra “A distância que nos une: um retrato das desigualdades brasileiras” (OXFAM/Brasil, 2017, p. 21).

segmentos mais vulneráveis, ou seja, as fragilidades históricas dirigidas aos sistemas de proteção social afetam tais segmentos e se tornam ainda mais agressivos quando olhamos pela perspectiva de raça e etnia (OXFAM/Brasil, 2017).

Dito de outro modo, o conjunto da população idosa e as mulheres negras, certamente, são as mais penalizadas. Entretanto, mesmo que não recorramos ao corte de gênero/etnia/raça, não podemos deixar de registrar que o processo de pauperização no Brasil tem algumas particularidades: a mulher-idosa negra é, quase que, invariavelmente, mais vulnerável.

A propósito do enunciado acima, é fundamental considerar que, de acordo com o Censo Demográfico 2022 (IBGE, 2023, p. 41), “evidenciam que a população residente no Brasil é formada por 92.083.286 pessoas pardas (45,3%), 88.252.121 brancas (43,5%), 20.656.458 pretas (10,2%), 1.694.836 indígenas (0,8%) e 850.130 amarelas (0,4%).”. Ou seja, o Brasil se configura por uma maioria não-branca. Tais dados não encerram a informação em seus números, pois apresentam justamente a heterogeneidade populacional, e nos comunicam acerca da composição das desigualdades expressas no cotidiano e suas múltiplas estatísticas.

Nesse sentido, conforme apontado em relatório elaborado pelo Afro-Cebrap (Núcleo de Pesquisa e Formação em Raça, Gênero e Justiça Social – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento), é incontestável o fato de que a população negra ocupa um lugar desprestigiado na experiência do envelhecimento, especialmente em dimensões que agregam estabilidade e segurança para a manutenção e reprodução da vida (VIEIRA *et al.*, 2023).

Além do exposto, a violência urbana é um aspecto fundamental para compreender as desigualdades no contexto do envelhecimento populacional brasileiro no que concerne a população negra, visto que

Conforme olhamos para faixas etárias mais elevadas, a população negra vai se tornando proporcionalmente menor que a população branca na faixa etária que vai de 25 a 49 anos. Isso ocorre devido as maiores taxas de mortalidade entre as pessoas pretas e pardas desde as etapas iniciais de suas vidas (IDEM, 2023, p. 17).

Consequentemente, afirma-se que “Como a população negra morre consideravelmente mais que a população branca (Fiorio *et al.*, 2011), isso se reflete diretamente na composição racial das regiões e dos grupos de gênero acima de 50 anos.” (*ibidem*).

Considerando o cenário apresentado, o relatório sobre Envelhecimento e Desigualdades Raciais (VIEIRA, 2023), reitera o que fora afirmado acima e está cristalino na realidade cotidiana: pessoas não-brancas e alinhadas ao feminino carregam o alvo da exclusão, da precarização e de repetidas violências e violações, inclusive a negação de envelhecer seguramente bem.

Diante deste contexto, como mencionado, o envelhecimento é uma etapa da vida suscetível para todas as pessoas; entretanto, em diferentes contextos e circunstâncias, a velhice, assume contornos diferenciados.

Sabe-se há formas e formas de vivenciar a velhice. Os vínculos de afeto, de pertencimento e de acolhida são muito importantes na trajetória individual do envelhecimento, pois, entendemos que as relações familiares, de amizade, de vizinhança, de trabalho, enfim, de comunidade, podem ser acionadas para “minimizar” os impactos físicos, psíquicos e espirituais da velhice.

Mas, também, comprehende-se que não é suficiente insistir em leituras ingênuas e romantizadas sobre tais relações, pois sabemos que há determinantes sociais e históricos que são implacáveis quando olhamos para os segmentos pauperizados e, por isso mesmo, são os mais vulneráveis.

Ademais, cumpre mencionar que as políticas sociais públicas são indispensáveis para garantir a reprodução material e espiritual dos indivíduos. Com escopos diferenciados, a depender do “poder do Estado” e da participação da sociedade civil, os programas, projetos e ações voltados para “o social”, assumem configurações diferenciadas nas diferentes sociedades e culturas e, se alteram historicamente.

Olhando para a população idosa, ou mesmo para as sociedades em processo “recente” de envelhecimento (como é o Brasil), percebemos que a qualidade de vida da pessoa idosa depende, necessariamente, dos investimentos públicos dirigidos à saúde, moradia, transporte, lazer, entretenimento, dentre outros.

Insistir na reafirmação dos “ganhos constitucionais” dirigidos à preservação da vida e da dignidade humana é dever do(a) assistente social. Desse modo, destaca-se a importância de se conhecer os princípios e diretrizes da formação em Serviço Social, a direção social da profissão e, à luz do Código de Ética Profissional de 1993 (CFESS, 2012), corrobora-se com a insistência pela defesa dos direitos sociais conquistados a partir da Constituição de 1988 e, sobretudo, o necessário engajamento

da categoria profissional na luta pela garantia dos direitos da população idosa, referenciados no Estatuto do Idoso.

3.3 Mudanças no perfil do envelhecimento da população brasileira

A população idosa tende a crescer no Brasil nas próximas décadas. Segundo a projeção do IBGE, atualizada em 2018, em 2043, um quarto da população deverá ter mais de 60 anos, enquanto a proporção de jovens até 14 anos será de apenas 16,3%.

A partir de 2047, a população deverá parar de crescer, contribuindo para o processo de envelhecimento populacional, quando os grupos mais velhos ficam em uma proporção maior comparados aos grupos mais jovens da população. A relação entre a porcentagem de idosos e de jovens deve aumentar de 43,19%, em 2018, para 173,47%, em 2060.

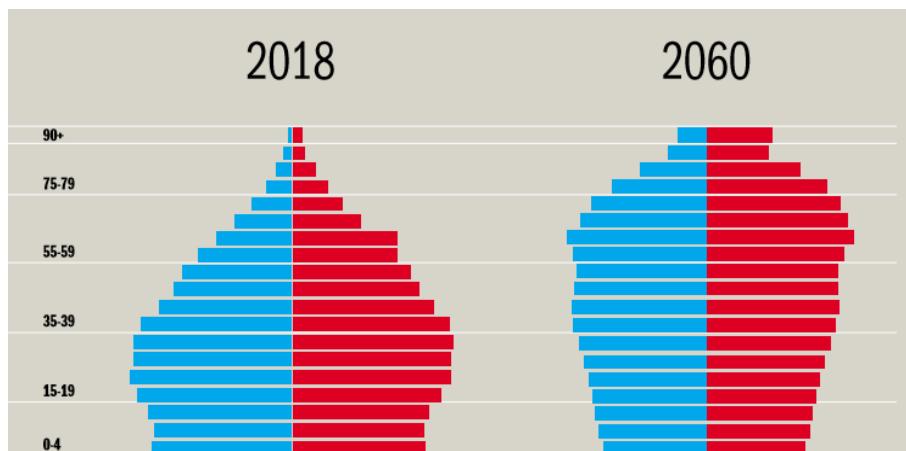


Figura 1 – Projeções da população Brasileira para 2060.

Fonte: IBGE (2018)

De acordo com Ana Amélia Camarano (2004), o aumento da população idosa no Brasil pode ser explicado por dois processos. A autora ressalta (*idem*) que um fator importante para tal crescimento, explica-se na alta taxa de fecundidade das décadas passadas, principalmente entre 1950 e 1960, que comparadas com as taxas atuais que apresentam quedas consideráveis. Outro fator a considerar, é a redução da mortalidade da população idosa, que trouxe como consequência o aumento do tempo vivido pelos idosos.

Os avanços da medicina e as melhorias nas condições gerais de vida da população elevaram a média de vida do brasileiro. As pessoas estão vivendo mais,

consequentemente, os idosos tendem a compor uma porcentagem cada vez maior da população.

A sociedade (ocidental) brasileira, em sua grande maioria, marginaliza a população idosa, diferentemente do que ocorre em outras culturas, em que o idoso é integrado à vida social.

No Brasil, o fenômeno do envelhecimento décadas atrás vinha sendo tratado como questão da vida privada, por representar ônus para a família, como assunto de caridade pública, no caso dos pobres e indigentes, e, de forma bastante reducionista, como questão médica. É claro que essa visão continua confirmada pelas práticas sociais de cuidado com os idosos. Mas o rápido crescimento dessa faixa da população passou a preocupar também muitas outras instituições sociais (MINAYO, 2012).

O aumento expressivo da população idosa se reflete, principalmente, no crescimento das demandas econômicas e sociais, ou seja, o envelhecimento populacional embora seja reconhecido como importante conquista para a humanidade, na medida em que as pessoas passaram a viver mais, representa também um desafio para as políticas públicas, no sentido de possibilitar que, mais do que viver muitos anos, as pessoas possam vivê-los com qualidade.

3.4 Expectativa de vida da população trans

Diante do exposto até aqui, é seguro afirmar que o envelhecimento, ou a velhice, não se apresentam para todas as pessoas da mesma maneira. É possível encontrarmos similitudes, assim como em todas as fases da vida, mas é importante não incorrer em categorias homogêneas e limitadas para explicar algo tão complexo quanto viver, viver muito e viver bem. Portanto, o processo de envelhecimento encontra recentemente uma população marcada por muitas violências, mas também por intensa resistência em prol da coletividade: a população trans e travesti.

Uchôa et al. (2002), à época, já identificavam particularidades no processo de envelhecimento para a população brasileira de modo geral, haja vista a formação social e o status do país perante outros países, cujo desenvolvimento socioeconômico ofereceria e oferece melhores condições de vida. O Brasil, por sua vez, absorve e responde a essas novas demandas de maneira incipiente, agudizando a precarização e as desigualdades preexistentes. Nesse contexto, o cenário possível não é outro senão o reforço das “desigualdades em termos da qualidade de vida e do bem-estar

entre diferentes estratos da população, contribuindo para aumentar a chance de exclusão dos idosos" (idem, p. 25).

Não é possível desassociar as experiências, qual seja a faixa etária, dos enfrentamentos cotidianos de cada sujeito e grupos de acordo com os condicionantes micros e macros. Por isso, faz-se necessário orientar-se pela perspectiva da totalidade a fim de compreender o entrelaçamento destes múltiplos condicionantes e reflexos da vida nas condições (i)materiais existentes.

Em outras palavras, "o envelhecimento compreende um processo biopsicossocial e heterogêneo" (PATRIOTA et al., 2022, p. 3). Isto se deve ao fato de que "as pessoas envelhecem de maneiras diferentes, possuindo particularidades, relacionados aos aspectos econômico-político, classe social, cultural, etnia, raça, orientação sexual, gênero e as relações geracionais".

Dessa maneira, as pessoas LGBTQIAPN+, especialmente a população trans e travesti – por constituírem objeto principal desse estudo –, que ousam alcançar a marca fixada pelo Estatuto da Pessoa Idosa (Lei 10.741/2003) de 60 anos de idade ou mais, encontram-se como categorias estigmatizadas: "de um lado há um corpo abjeto, marginalizado e tido como aberrativo. Do outro estão os sujeitos que, ao envelhecer, são vistos como impotentes e sem credibilidade para a construção da sociedade" (LIMA, 2019, apud Domingues et. al, 2023, p. 9). Defronta-se, portanto, com a dupla abjeção da transfobia e do etarismo.

Nesse contexto, as pessoas trans e travestis carregam consigo histórias transpassadas pela exclusão familiar, expulsão escolar e diversas negações de afeto e acolhimento de grupos reconhecidamente importantes na vida de modo geral.

Pois, há ainda muitos motivos concretos para dizer que a sociedade é, na verdade, profundamente transfóbica: negação de direitos; estigmatização; exotificação; expulsão familiar; evasão [expulsão] escolar ("bullying" acaba sendo um eufemismo para casos de apedrejamento que ocorrem com travestis em escolas); exclusão no mercado de trabalho; e uma longa lista que demonstra como as subjetividades trans não são bem vistas pela hegemonia da sociedade (BAGAGLI, 2017, p. 35).

Em caderno publicado pelo CFESS (2016), a respeito da transfobia, é evidenciado que em todas as etapas da vida de uma pessoa trans a violação de direitos vai se repetir e ou se transformar. Sabendo que a maioria relata que desde a infância vivencia processos de violências e exclusões,

É comum que pessoas trans enfrentem dificuldades para trabalhar com dignidade, para constituir famílias/demais redes de apoio e para obter espaços de moradia e acesso a políticas e programas sociais. As instituições públicas e privadas tendem a dificultar/impedir o acesso deste público a direitos, por meio de discriminações explícitas (expulsão, violência física) ou sutis (maus tratos, humilhações, desrespeito) (idem, p. 14)

Enfim, como falar em envelhecimento de uma população que antes tiveram a vida inteira corrompida pelo pré-conceito e abandonos?

Em resgate ao que fora dito na introdução deste trabalho, através de pesquisas e dossiês realizados independentemente pela Antra, constatou-se que atualmente a população trans tem vivido em média até os 35 anos de idade (BENEVIDES, 2024b). Essa marca guarda camadas de complexidades, visto que os dados não seguem um padrão e há muitos casos em que não existe respeito à identidade de gênero ou mesmo ao nome social das vítimas, quando da veiculação dos casos na mídia. Isso faz aumentar ainda mais a dificuldade na busca desses dados, além de invisibilizar a motivação do caso e aumentar a subnotificação.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), órgão oficial do governo, ainda hoje não apresenta em seus estudos demográficos informações acerca da população LGBTQIAPN+, o que corrobora com a ausência de fontes e dados mais extensos a esse respeito, representando mais um mecanismo de invisibilização em relação a formulação e cobertura de políticas públicas e direitos humanos – que compõem a cidadania, justiça social e a dignidade no existir.

Nesse cenário de subnotificações e a própria ausência de informações oficiais e públicas, França (2024) reforça a dificuldade para a criação de políticas públicas para a população trans e travesti (e demais segmentos marginalizados que esbarram na mesma problemática). Regis Moreira, gerontólogo, comunicólogo e colunista da Rede Lume, coaduna com essa triste análise e complementa dizendo que

porque ela passou de 35 anos, não é uma idosa do ponto de vista cronológico, porém é uma sobrevivente. A gente diz que é uma longeva. Isso vai denotar que todo o nosso estudo sobre envelhecimento humano está pautado no cronológico. Mas tem gente que vai ter um envelhecimento biológico, psicológico e sociológico, mesmo que não seja trans, antes da marca dos 60, 65 anos (FRANÇA, 2024).

Em suma, envelhecer faz parte de um processo mais amplo, que se inicia antes mesmo de alcançar a longevidade. Não é como se pulássemos de fase ou nível, como em um jogo. Carregamos conosco uma série de marcas da história, marcas que nos condicionam, que oportunizam ou não a ocupar lugares de gozo e de dores, e que não são estáticos.

Considerando esse cenário apresentado, a marginalização e invisibilização³⁷ de pessoas trans e travestis os/as expõe a violências potencializadas. Vergueiro (2016, p. 213) compartilha que

Pode-se dizer que muitas pessoas trans* têm de lidar com questões de visibilidade e invisibilidade cotidianamente. Ser visível enquanto pessoa trans* significa, no mais das vezes, ser alvo de ridicularizações, estranhamentos, exotificações e outras violências, fazendo com que a invisibilidade — equivalente ao ‘passar-se como pessoa cisgênera’, ou, em termos mais problemáticos, ao ‘parecer homem ou mulher de verdade’ — acabe se tornando um objetivo muito importante para muitas pessoas trans*.

Nesse aspecto, é possível observar nos relatos de pessoas trans que superaram a expectativa de vida a elas atribuída, majoritariamente mulheres trans e travestis, a respeito das consequências da incorporação de métodos para alterações corporais antes mesmo da existência, do conhecimento e do acesso ao Processo Transexualizador que existe atualmente no SUS. Cumpre reforçar, que a regulamentação desse processo não culmina na garantia do cumprimento, haja vista as persistentes e crescentes violências e neoconservadorismo atuais no governo e na sociedade civil que acarretam o sufocamento de tais políticas.

Em diversos relatos, e aqui menciono o documentário “LGBT+60: Corpos que Resistem”³⁸ (FERNANDES, 2024a), é significativamente presente a utilização de anticoncepcionais para se hormonizar por conta própria, e a utilização de silicone líquido/industrial em diversas partes do corpo. Esses métodos são apresentados logo cedo, comumente pelas chamadas bombadeiras.

Bento (2017b, p. 101), explica que

37 Valho-me do conceito assinalado por Guilherme Almeida, em seu texto publicado na cartilha divulgada pelo CRESS/RJ: Superando o politicamente correto: notas sobre o sexto princípio fundamental do Código de Ética do/a Assistente Social in Projeto ético-político e exercício profissional em Serviço Social: Os princípios do código de ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais (2013). Em nota de rodapé o autor informa que utiliza o termo “invisibilização” em detrimento de “invisibilidade”, como forma de dar intencionalidade à ação. Portanto, tornar invisível tal grupo, categoria, situação, entre outros, faz parte de um projeto de apagamento em geral. Disponível em: <https://www.cressrj.org.br/wp-content/uploads/2020/05/cartilhas-projeto-etico-politico-e-exercicio-profissional-em-servico-social-os-principios-do-codigo-de-etica-articulados-a-atuacao-critica-de-assistentes-sociais.pdf>. Acesso em: 11 de outubro de 2024.

38 Documentário realizado em formato de série, tem atualmente três temporadas com um total de 19 episódios. A obra mostra trajetórias de pessoas LGBTQIAPN+ idosas, suas particularidades e intersecções, suas lutas e conquistas. Disponível em: <https://youtube.com/playlist?list=PLgNzTb6N6XKpeXgCYXSMXEQVa9wr1x0wi&si=XCOY6t01yYf8M04N>

A bombadeira é uma personagem central na vida das travestis. Ela detém o conhecimento do corpo, as técnicas para aplicar o silicone líquido e os cuidados necessários para evitar efeitos colaterais. A bombadeira e a cafetina, figuras que, por vezes, se confundem na mesma pessoa, ocupam uma ascendência na estrutura das relações internas às vivencias travestis. Ela é a mãe, a que cuida, protege, castiga.

Em uma dessas trajetórias, Anyky Gonçalves de Lima se declara sobrevivente³⁹ (LIMA, 2017, p. 148). Aos 12 anos, foi expulsa de casa por afirmar ser mulher. Nas ruas do Rio de Janeiro, Anyky conheceu uma bombadeira: Sandra Dragão. Sua iniciação na vida enquanto travesti e na prostituição se deu a partir desse encontro, que oportunizou para Anyky a viabilização do corpo, do trabalho, da independência e da possibilidade de um futuro até os seus 50 anos de idade (NERY, 2019; LIMA, idem). Nas palavras cantadas de Linna da Quebrada, “Ela é amapô de carne osso, silicone industrial. Navalha na boca. Calcinha de fio dental”⁴⁰.

No entanto, essas modificações corporais têm um custo alto para o corpo, especialmente no processo de envelhecimento. Muitas mulheres trans e travestis mais velhas reclamam dos efeitos do silicone líquido/industrial a longo prazo, dos efeitos da hormonização sem prescrição, das doenças e limitações adquiridas em decorrência dessas práticas. Mas, apesar de todas as mazelas no presente, tais recursos tornaram possível expressar desejos, alcançar objetivos, ocupar espaços, construir possibilidades em uma realidade de repetidas negações.

A história se repete em algumas linhas em outras experiências da população LGBTQIAPN+, com ênfase nas pessoas trans e travestis que passaram a sua vida buscando condições de existência, sobrevivendo, mas também regozijando do presente, e alcançaram muito recentemente a faixa etária de pessoa idosa designada pela OMS, por leis, documentos e estatutos.

Com base no documentário supracitado, “LGBT+60: Corpos que Resistem”, observa-se que as narrativas transcorrem o período da Ditadura Militar no Brasil (1964-1985). Por isso, falar de corpos dissidentes e velhos hoje significa falar de experiências atravessadas por uma história de intensa perseguição e violências que se agudizam em determinados períodos históricos.

³⁹ Anyky G. de Lima faleceu em 2021, aos 65 anos de idade. Sua vida foi marcada por muita resistência, lutas, gozos e dores. Anyky partiu deixando um imenso e esperançoso legado para as novas gerações. Ver mais em: <https://projetocolabora.com.br/ods5/morre-anyky-lima-referencia-de-luta-e-acolhimento-para-a-comunidade-trans/>

⁴⁰ Trecho da música blasFêmea | Mulher – Linna da Quebrada. Disponível em: <https://youtu.be-50hUUG1Ppo?si=drnNz2r-sMHqluU0>

Além das reverberações violentas que não se encerram na data marcada nos registros da história nacional, posteriormente a população como um todo enfrenta a epidemia de HIV/AIDS nos anos de 1980, ou “peste gay” como foi amplamente difundida como causa e consequência do pré-conceito e da moralidade conservadora.

Berenice Bento (2017b), à luz de Larissa Pelúcio (2009), informa-nos que, acerca da epidemia de HIV/AIDS, houve mobilização Estatal para evidenciar a população LGBTQIAPN+ como vetor principal do vírus. As travestis, na fronte da prostituição, sofreram profundamente com a marca e perseguição de autoridades e pelo “cidadão de bem”. O motivo segue sendo o mesmo que se desvela nesse texto: manter a ordem hegemônica.

Em outras palavras, o homem branco, cis e hétero, na ordem de seu cotidiano mantinha (e mantém) as aparências normativas de “Deus, Pátria e Família”, mas na surdina buscava prazer nos corpos desviados e ameaçadores, os quais tornava a apedrejar em público. Portanto, “Movido pelo medo do contágio da “sociedade”, dos humanos mais humanos, as travestis são chamadas pelo Estado em sua cruzada para controlar a epidemia” (BENTO, idem, p. 294).

No decorrer desse período, houve uma caçada à população LGBTQIAPN+, que tomou amplitude popular e midiática na Operação Tarântula comandada em especial pelo delegado José Wilson Richetti, na capital paulista⁴¹. A operação tinha como finalidade encontrar pessoas em inconformidade com as normas de gênero, e resultou no desaparecimento e extermínio de muitas pessoas trans e travestis. Vale salientar que esta não foi a única operação, e nem mesmo o único Estado a empreender essa perseguição cruel, e com amplo apoio da sociedade civil.

Contudo, apesar de a violência e perseguição com essa população já existir, e o aprofundamento na ordem do regime militar e, logo depois, com a epidemia de HIV/AIDS, as travestis encontraram nesse contexto uma forma de se proteger. No documentário “LGBT+60: Corpos que Resistem” há inúmeros relatos de travestis que conheciam outras travestis, ou que elas mesmas apresentavam cicatrizes em seus corpos, auto infligidas por qualquer objeto cortante – ganhando força e símbolo nas navalhas, pequenas e afiadas – para que a ferida abrisse e escorresse o sangue

⁴¹ Mais informações em: <https://queer.iq.com.br/2023-02-27/operacao-tarantula--perseguicao-a-pessoas-trans-e-travestis-completa-35-anos.html?Foto1>

“contaminado”⁴² e o medo embebido de pré-conceitos dos algozes. Isso posto, atualmente a navalha foi ressignificada como símbolo de resistência e luta.

Diante dessa intensa e inesgotável conjuntura, o envelhecimento da população trans se apresenta como tema recente, porquanto os diversos impedimentos sociais, econômicos, políticos – de classe, raça, gênero – para avançar em anos de vida – e não apenas de sobrevivência.

As marcas da história são comumente contadas com inevitável dor, mas também muito orgulho pelas lutas, pela frente, pelos pioneirismos e pelo legado de conquistas em visibilidade, políticas públicas e direitos sociais. Em entrevista ao iG Queer⁴³, Indianarae Siqueira afirma que

hoje, vendo a nova geração aí empoderada, tampouco nos vemos empoeiradas. Acredito que é muito bom que algumas de nós possamos envelhecer usufruindo de nossas lutas. [...] Vocês não precisam mais lutar tanto. Então aproveitem o tempo para viver mais”, finaliza a ativista se direcionando à geração queer mais nova.

O tema aqui apresentado é muito caro e inesgotável, consequentemente escapa a possibilidade de abordar todos os pontos relativos às vivências trans de modo geral, e as experiências vivenciadas pela população trans e travesti que ultrapassaram as estatísticas etárias específicas.

Para além do exposto neste tópico, o envelhecimento para a população trans e travesti pode ou não ser atravessado pela solidão. O acervo consultado, proporcionou uma riqueza de percepções para além da crueldade midiatizada. A expulsão familiar, e consequentemente, as impossibilidades de formação escolar e profissional formais, marginalizaram essas pessoas, mas nas margens também há encontro, e há resistência, e, sobretudo, ressignificação.

Longe de romantizar as dificuldades enfrentadas, mas também nem tão perto de mergulhar na dor e nas violências relatadas. Apesar da ausência familiar e do Estado, a população LGBTQIAPN+ muitas vezes encontra em seus pares o apoio necessário para suportar a vida, sendo essa uma característica fundamental em suas trajetórias: a coletividade. Contudo, a contradição nesses elos reside justamente na fragilidade e ameaça em que todos se encontram.

⁴² Se para a sociedade era inconteste que toda pessoa LGBTQIAPN+ estava infectada, independentemente de ser verdade ou não, as travestis utilizavam do estigma para se proteger.

⁴³ Ver em: <https://queer.ig.com.br/2024-01-29/trans-nao-se-veem-na-velhice--pois-nao-vivem-infancia-e-adolescencia.html>

Por isso, é comum relatos de pessoas trans e travestis envelhecidas que, ao longo da vida, perderam-se de seus/suas contemporâneos/as. Em linhas gerais, em decorrência da ausência de políticas públicas de saúde, assistência, previdência, moradia, educação, segurança etc.

E, mais especificamente, pelos desaparecimentos na ditadura militar; pelas mortes por violências da branquitude e cis heteronormatividade; pela desassistência e negligência governamental que ocasionou no pânico e nas mortes na epidemia de HIV/AIDS; pelos procedimentos caseiros de alteração corporal por falta de visibilidade e meios formais e adequados para a realização; em decorrência das várias pessoas trans e travestis suicidadas⁴⁴ pelo *sistema*, e as subnotificações neste e em outros tópicos; por condições próprias do envelhecimento – acrescidas das especificidades trans – que limitam os corpos para o exercício do trabalho informal e ou autônomo –, que na maioria das vezes demanda vigor e um determinado padrão estético; e uma infinidade de razões e motivações nesse contexto.

Em relação a este último ponto, destaco a prostituição e a cena artística, que são cruéis para com as mulheres trans e travestis, em especial as negras, mais especificamente ainda as que não possuem passabilidade, ou seja, não são lidas como “mulheres de verdade” e ou “mulheres bonitas”. A situação logicamente se agrava ao inserir o fator envelhecimento na equação.

No escopo dessa questão, o documentário de que trato nesse tópico trouxe à superfície outros debates, como por exemplo a retificação do nome no registro civil que revela uma série de burocracias, e até mesmo limitações, no que concerne a formação profissional e o acesso a benefícios e aposentadoria, que comumente estão associados ao nome morto⁴⁵.

Por último, mas não esgotando o debate, a cena trans conta ainda com o processo de redesignação de gênero – e não necessariamente sob o viés da hormonização e transgenitalização – de pessoas que passaram décadas em papéis cisgêneros, em sofrimento ou não, mas encontraram no envelhecimento a maturidade, a segurança e estabilidade necessárias – para si – nessa empreitada de se

⁴⁴ O termo utilizado é uma anunciação e provocação quanto ao sentido do suicídio nestes casos específicos, haja vista o encadeamento de motivações para tal ato. Em outras palavras, deve haver uma responsabilização socialmente generalizada pelo suicídio de pessoas marginalizadas, excluídas e apagadas diuturnamente pelo centro representado pelo Estado.

⁴⁵ Diz-se do nome que a pessoa recebeu no nascimento, mas foi retificado formalmente pela não identificação com o gênero aludido pelo nome.

reconhecer e se expressar de outras maneiras que não a designada socialmente a partir de suas genitálias de nascimento.

A cartunista Laerte encontrou sentido na transgeneridade com mais de 50 anos, e ela afirma: “Fiz o meu movimento numa idade de poucos sobressaltos, com filhos crescidos, situação profissional firme, tendo um círculo de familiares e amigos acolhedores” (COUTINHO, 2017, p. 45). Em entrevista ao iG Queer⁴⁶, Laerte complementa

“As inseguranças que tinha diziam mais respeito à opinião pública. Os episódios que precisei enfrentar não foram tão difíceis — é preciso lembrar que sou uma pessoa branca, de classe média, da área artística”, analisa Laerte que revela também que procurou e recebeu apoio de muitas pessoas trans mais velhas, com as quais mantém contato até hoje.

Em tempo, a Antra, que segue realizando um trabalho ampliado e ativo, está elaborando neste ano de 2024 sua primeira pesquisa a respeito do envelhecimento de pessoas trans no Brasil⁴⁷. O projeto “Traviarcas” conta com um formulário disponibilizado nas plataformas para preenchimento voluntário⁴⁸, além de oficinas em 15 Estados, que se constituirão como espaços de acolhimento, trocas de experiências e escuta. As oficinas e análises serão realizadas pelas pesquisadoras “Keila Simpson, primeira travesti brasileira a receber título de doutora Honoris Causa pela UERJ e atual tesoureira da Antra; e Rubra Pereira de Araújo, 48 anos, doutora em Letras e professora da Universidade Federal de Tocantins.”. De acordo com Fernandes (2024b),

Com o relatório, espera-se produzir dados sobre a situação de travestis e transexuais mais velhas para construção de políticas públicas voltadas para esse público; ampliar a rede de atuação da ANTRA no Brasil; e construir uma rede de apoio para pessoas trans que estão envelhecendo. Após a finalização, a pesquisa ficará disponível no site da Antra para livre acesso e compartilhamento, e será apresentada em Brasília, em 2025.

⁴⁶ Ver em: <https://queer.ig.com.br/2024-01-29/trans-nao-se-veem-na-velhice--pois-nao-vivem-infancia-e-adolescencia.html>

⁴⁷ Mais informações em: <https://projetocolabora.com.br/ods5/traviarcas-antra-lanca-pesquisa-sobre-envelhecimento-trans-no-brasil/>

⁴⁸ Ver em:
https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSd_VnqaDsavFp42_wqv4CJ8BcKPtGiPxbModqW98UhevAXSg/viewform

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se pensamos realmente no corpo como tal, não existe esboço possível do corpo. Existem pensamentos da sistematicidade do corpo, há codificações de valor sobre o corpo. O corpo, como tal, não pode ser pensado, e eu, com certeza, não posso acessá-lo⁴⁹.

Como dito no início, este é um trabalho inacabado, bem como somos todos. A única certeza que desejo apresentar é a da impermanência. Isso não significa neutralidade, ao contrário, percorro a história atentando criticamente ao fluxo, encontros e afetamento de diferentes categorias em movimento.

No percurso dessa monografia, pude me perceber cada vez mais distante de um lugar marcado por uma infinidade de violências, enquanto me aproximei de outras, mas que esses lugares são, inegavelmente, representados por uma multidão de resistências.

É importante ressaltar que, a partir da minha formação em Serviço Social na UFRJ – desde o meu ingresso no ano de 2016 – e, portanto, na produção deste trabalho, comprehendo que se debruçar sobre a realidade não é lidar com o que está posto à primeira vista, e vai além das refrações das dinâmicas inseridas – e em constante atualização – na ordem de um sistema que organiza e coordena a sociedade para interesses que estão ao mesmo tempo latentes e cristalinos.

Atravessa-se a aparência das coisas, e se adentra no movimento orquestrado nas raízes dessa superestrutura. Cumpre mencionar que o referido sistema econômico vigente não é lido aqui apenas na ordem financeira ou mercadológica, pois até mesmo esses termos extravasam os limites do capital. Portanto, a concepção que me orientou, à luz de obras de autores como José Paulo Netto, Marilda Iamamoto, Silvana Marinho, Solange Teixeira, entre outros intelectuais que discutem o tema abordado, visualiza o modo de produção capitalista não apenas como um sistema econômico, mas também social e político – para início, meio e continuidade de conversa.

O caminho percorrido por esse trabalho revelou campos em profunda e ativa disputa e, sobremaneira, a heterogeneidade com que se dinamiza. É patente que não é possível evidenciar a transexualidade enquanto categoria de análise sem falar

⁴⁹ Gayatri Chakravorty Spivak, “In a word”, entrevista a Ellen Rooney apud Butler (2019, p. 15).

criticamente da história escrita e a história não-dita; dos tempos outros e de tempos presentes; da normatividade estabelecida por um centro dominante e as subjetividades de cada sujeito e suas maneiras de experenciar a vida; dos múltiplos marcadores que escancaram ou dificultam oportunidades em qualquer âmbito.

Apesar da dupla oposição apresentada no parágrafo acima, e em diversos outros momentos do texto, entendo que a vida não se define em número de dois, neste binarismo dicotômico que, não independente, ordena o modo que nos relacionamos com todas as pessoas, coisas, sentimentos e demais dimensões da vida humana e social.

Resumir a nossa existência em duas opções, duas escolhas, dois lados, transfere aos sujeitos a impossibilidade de se expandir, porquanto seja esta a intenção “cistemática”. Além disso, outras formas de controle e sujeição são engendradas, como a demarcação de limites e privação de lugares e corpos, a culpabilização, o apagamento, a desmoralização, enfim, as múltiplas e reiteradas violências contra corpos que destoam ou desviam da cis heteronormatividade, branquitude e do corpo adequado ao interesse do capitalismo.

A respeito do tema principal que abordo nesta monografia, fica o alento das conquistas apresentadas e o atento pela intensa disputa de interesses antagônicos. A história possui diversas cicatrizes, mas hoje podemos ver e apresentar as rugas como vitórias. Obviamente, há muito o que se fazer no que concerne a garantia de dignidade de todas as vidas, pela humanização de todas as existências, mas essa caminhada não se inicia agora, pois hoje falamos orgulhosamente das pessoas trans mais velhas que ultrapassaram limites invisíveis e ao mesmo tempo escancarados, e que falam por si de uma longa trajetória de dores e amores, e uma imensidão de cores no caminho.

Por fim, mas jamais encerrando de vez, a minha intenção é adquirir e propalar conhecimentos, além de multiplicar e ressoar vozes tão importantes em tempos passados, como em tempos atuais: pelas mulheres trans, pelas travarcas, pelas travestis negras, pelos transmasculinos, pela não binariedade, pela fluidez de gênero e sexualidade, pelas representatividades na arte, em organizações, instituições, movimentos sociais, nas escolas, na política e mais.

Viva a diversidade! Viva o SUS! Viva ao Estudo, Pesquisa e Extensão! Viva a Universidade Pública!

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Guilherme. ‘Homens trans’: novos matizes na aquarela das masculinidades? **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 513-523, 2012.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é Racismo estrutural?** (Coleção Feminismos Plurais). Belo Horizonte (MG): Letramento. Justificando, 2018.

ALVES, Andrea Moraes. “O corpo no tempo: velhos e envelhecimento”. In: DEL PRIORE, Mary; AMANTINO, Marcia (org.). **História do corpo no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2011, pp. 430-432.

_____. Pensar o gênero: diálogos com o Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, n. 132, p. 268–286, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.141>

AKOTIRENE, Carla; **Interseccionalidade**. São Paulo, Polem, 2019. Feminismos Plurais. (Coleção Feminismos Plurais).

ARÁN, Márcia; MURTA, Daniela. Do diagnóstico de transtorno de identidade de gênero às redescrições da experiência da transexualidade: uma reflexão sobre gênero, tecnologia e saúde. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 19, n. 1, p. 15–41, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312009000100003>

ARÁN, Márcia; MURTA, Daniela; LIONÇO, Tatiana. Transexualidade e saúde pública no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, n. 4, p. 1141–1149, jul. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232009000400020>

ARÁN, Márcia; ZAIDHAFT, Sérgio; MURTA, Daniela. Transexualidade: corpo, subjetividade e saúde coletiva. **Psicologia & Sociedade**, v. 20, n. 1, p. 70–79, jan. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822008000100008>

BARROS, Myriam Moraes Lins de. **Velhice ou Terceira Idade**. Editora FGV. Rio de Janeiro, 2007.

BAGAGLI, Beatriz Pagliarini. Notas sobre Transgeneridade e Subjetividade. In: GRUPO TRANSCRITAS COLETIVAS. **Nós Trans: escrevências de resistência**. Belo Horizonte: LiteraTrans, 2017, p. 31-36.

BEAUVOIR, Simone. **“O Segundo Sexo: a experiência vivida”**. Volume II. Tradução de Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BENEVIDES, Bruna G. **Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021** / Bruna G. Benevides (Org). – Brasília: Distrito Drag, ANTRA, 2022. 144p.

_____. **Candidaturas trans eleitas se destacam na vereança em 2024**. Antra Brasil, 2024a. Disponível em: <https://antrabrasil.org/2024/10/07/trans-eleitas-2024/>

_____. Dossiê: **assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023** /Bruna G. Benevides. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) - Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2024b. 125p.

BENTO, Berenice. **O que é transexualidade**, São Paulo: Brasiliense, 2008. (Primeiros Passos).

_____. Sexualidade e experiências trans: do hospital à alcova. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, n. 10, p. 2655–2664, out. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232012001000015>

_____. **A Reinvenção do Corpo - Sexualidade e Gênero na Experiência Transexual**. 3^a ed. / Salvador, BA: Editora Devires, 2017a.

_____. **Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos**. Salvador: EDUFBA, 2017b.

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. - 10^a. ed. rev. e atual. - Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012. 60 páginas

_____. **Estatuto do Idoso: Lei federal nº 10.741**, de 01 de outubro de 2003. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2003.

_____. Ministério da saúde. **Lei nº 8.080**, de 19 de setembro de 1990. Brasília, DF - D.O.U de 20/09/1990, pág. nº 18055

BRITO, Carolina G. S. de; ALMEIDA, Carla C. L. de; ALMEIDA, Guilherme S. **A necessária rediscussão da categoria divisão sexual do trabalho: inferências a partir de análises de experiências trans**. In: MELO, Ana I. S. C; CARDOSO, Isabel C. da C; FORTI, Valeria. L. (Org.). Trabalho, reprodução social e serviço social: desafios e utopias. Uberlândia: Navegando, p. 49-69, 2020

_____. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** 1^a edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015. 288 p.

BUTLER, Judith. "Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade", 2003. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1^a edição, 2015, p. 287.

_____. **Corpos que importam: os limites discursivos do “sexo”**. Crocodilo edições. 1^a ed. São Paulo. 2019.

CAETANO, Ivone F. **O feminismo brasileiro: uma análise a partir das três ondas do movimento feminista e a perspectiva da interseccionalidade**. Artigo apresentado como exigência de conclusão do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu Gênero e Direito da Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro. 2017.

CAMARANO, Ana Amélia; PASINATO, Maria Tereza. **O envelhecimento populacional na agenda das políticas públicas**, v. 60, n. 1, p. 253-292, 2004.

CANNONE, Lara Araújo Roseira. Historicizando a Transexualidade em Direção a uma Psicologia Comprometida. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 39, n. spe3, p. e228487, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003228487>

CARDOSO, Jef. Meu corpo e o não-lugar que ocupo. In: GRUPO TRANSCRITAS COLETIVAS. **Nós Trans: escrevivências de resistência**. Belo Horizonte: LiteraTrans, 2017.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo, Selo Negro, 2011.

_____. **Escritos de uma vida**. São Paulo: Pôlen Livros, 2019

CARRARA, Sergio Luis.; VIANNA, Adriana de Resende Barreto. (2004). “**A violência letal contra homossexuais no município do Rio de Janeiro: características gerais**”. In: Caceres, Carlos. (org.). Ciudadania sexual en America Latina: abriendo el debate. Lima: Universidad Peruana Cayetano Heredia, 2004, p. 47- 64.

CISNE, Mirla. Serviço Social: uma profissão de mulheres para mulheres?: uma análise crítica da categoria gênero na histórica “feminização” da profissão. 2004. 202p. **Dissertação (Mestrado)** – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Mestrado em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife (PE), 2004.

CFESS - Conselho Federal de Assistente Social. **Transfobia in: série assistente social no combate ao preconceito**. Gestão Tecendo na Luta a Manhã Desejada (2014-2017). Brasília, DF. 2016. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-Caderno04-Transfobia-Site.pdf>.

_____. **Código de Ética dos Assistentes Sociais de 1993**, edição 2012.

COUTINHO, Laerte. Laerte In: GRUPO TRANSCRITAS COLETIVAS. **Nós Trans: escrevivências de resistência**. Belo Horizonte: LiteraTrans, 2017, p. 44-45

CRENSHAW, Kimberlé. **Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory, and Antiracist Politics**. University of Chicago Legal Forum, 1989, p. 538–554.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016

DOMINGUES, Dandara C. da S.; LONGO, Priscila L.; SALLES, Rodrigo J. “Você tem o privilégio de envelhecer ou você é trans?”: transfobia, sofrimento ético-político e o envelhecimento da população transgênera no Brasil. Oikos: **Família e Sociedade em Debate**, v. 34, n. 2, p. 01-20, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/oikos/article/view/15260/8896>

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Rio de Janeiro: Editora Fator, 1983.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

FERNANDES, Yuri. A. **LGBT+60: Corpos que Resistem.** Brasil, 2024a. Disponível em:
<https://www.youtube.com/playlist?list=PLgNzTb6N6XKpeXqCYXSMXEQVa9wr1x0wi>

_____. **Traviarcas: Antra lança pesquisa sobre envelhecimento de pessoas trans no Brasil.** Projeto Colabora. 2024b. Disponível em:
<https://projetocolabora.com.br/ods5/traviarcas-antra-lanca-pesquisa-sobre-envelhecimento-trans-no-brasil/>

FRANÇA, Cecília. **Envelhecer, um desafio para pessoas trans.** Rede Lume. 2024. Disponível em: <https://redelume.com.br/2024/01/29/envelhecer-um-desafio-pessoas-trans/> Acesso em 11 out 2024.

GOMES, Camila de M. Gênero como categoria de análise decolonial. Dossiê: Gênero e sexualidade. **Civitas**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 65-82, jan.- abr. 2018.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano.** (Organizadoras: Flávia Rios e Márcia Lima). 1^a ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GUIMARÃES, Thayse. F. A construção do corpo sexuado: uma reflexão sobre os significados de gênero e de como este se articula com o corpo. **Revista Sociais e Humanas**, [S. I.], v. 24, n. 2, p. 148–161, 2012. Disponível em:
<https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/2814>

GRUPO TRANSCRITAS COLETIVAS. **Nós, Trans: escrevivências de resistência.** Editora LiteraTrans, 2017.

HOOKS, bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº16. Brasília, janeiro - abril de 2015, pp. 193-210. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0103-335220151608>.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Ministério do Planejamento e Orçamento. **Censo Demográfico 2022 Identificação étnico-racial da população, por sexo e idade: Resultados do universo.** Rio de Janeiro, RJ. 2023. Disponível em:
https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3105/cd_2022_etnico_racial.pdf

JARDIM, Viviane Cristina Fonseca da Silva; MEDEIROS, Bartolomeu Figueiroa de; BRITO, Ana Maria de. Um olhar sobre o processo do envelhecimento: a percepção de idosos sobre a velhice. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v. 9, p. 25-34, 2019.

JESUS, Jaqueline Gomes de. XICA MANICONGO: A TRANSGENERIDADE TOMA A PALAVRA. **Revista Docência e Cibercultura**, [S. I.], v. 3, n. 1, p. 250–260, 2019. DOI: 10.12957/redoc.2019.41817. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/re-doc/article/view/41817>. Acesso em: 1 nov. 2024.

KYRILLOS, Gabriela M. Uma Análise Crítica sobre os Antecedentes da Interseccionalidade. **Revista Estudos Feministas**, v. 28, n. 1, p. e56509, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n156509>

LAQUEUR, Thomas Walter. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud/Thomas Laqueur**; tradução Vera Whately. - Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LANZ, Letícia. O corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero. **Dissertação (Mestrado em Sociologia)** Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2014. 342 f.

LEITE, Tatiana Clébícar. ‘Transver o mundo’: o Dia Nacional da Visibilidade Trans pela ótica de pessoas, campanhas e notícias. 2022. xxi, 285 f. Tese (**Doutorado em Informação e Comunicação em Saúde**) - Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/55984>

LIMA, Anyky G. Determinação e luta na terceira idade. In: GRUPO TRANSCRITAS COLETIVAS. **Nós Trans: escrevivências de resistência**. Belo Horizonte: LiteraTrans, 2017, p. 148-151

LOSURDO, Domenico. **Liberalismo. Entre civilização e barbárie**. 2ª ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2006.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. 96 p.

_____. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Proposições**, v.19, nº 2, Campinas, 2008. 191 p.

NERY, João W. **Velhice Transviada: memórias e reflexões**. 1ª ed. – Rio de Janeiro: Objetiva, 2019.

MINAYO, Maria Cecília de S.; COIMBRA JÚNIOR, Carlos EA. **Entre a liberdade e a dependência: reflexões sobre o fenômeno social do envelhecimento**. In: Antropologia, saúde e envelhecimento. 2002. p. 11-24.

MINAYO, Maria Cecília de S. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro. Vozes, 2012.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. 2017. **Revista Sociedade e Estado** – Volume 32, Número 3, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0102-69922017.3203008>

OLIVEIRA, Roberta G. (2020). **Racismo e suas expressões na saúde**. In Patrícia Carlos Magno & Rachel Gouveia Passos (Orgs.), Direitos humanos, saúde mental e

racismo: diálogos à luz do pensamento de Frantz Fanon (pp. 58-70). Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro.

OXFAM/Brasil. A distância que nos une: um retrato das desigualdades brasileiras, 2017, p. 21.

PATRIOTA, Lucia Maria; NUNES, Aline C.; MOREIRA, Patricia C. Refletindo sobre o envelhecimento na sociabilidade capitalista. **XVII Congresso Brasileiro De Assistentes Sociais**. 11 a 13 de outubro de 2022. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/cbas2022/uploads/finais/0000000622.pdf>

PEREIRA, Cleyton F. Conexões entre os movimentos Feminista e LGBT no Brasil. **Caderno Espaço Feminino**. v.31. n.1. Uberlândia, MG. jan./jun. 2018.

PISCITELLI, Adriana. **Gênero: a história de um conceito**. In: ALMEIDA, H. & SZWAKO, J. (Orgs). Diferenças, Igualdade. São Paulo: Berlandis & Vertecchia, 2009.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, [S. I.], v. 4, n. 05, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2309>.

ROZENDO, Adriano; JUSTO, José Sterza. Velhice e Terceira Idade: tempo, espaço e subjetividade. **Revista Kairós: Gerontologia**, v. 14, n. 2, p. 143-159, 2011.

RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo**. Tradução de Christine Rufino Dabat, Edileusa Oliveira da Rocha e Sonia Corrêa. Recife: SOS Corpo, 1993.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, n. 16, p. 115–136, 2001.

SANTANA, Ariane T. de, COUTO, Telmara M.; LIMA, Keury T. dos S.. Racismo obstétrico, um debate em construção no Brasil: percepções de mulheres negras sobre a violência obstétrica. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 29, n. 9, p. e09952023, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232024299.09952023>

SARMET, Erica. Por uma história espiralar do movimento LGBTQIA+ no Brasil. **Site Coletivo Escola de Ativismo**. 2022. Disponível em: <https://escoladeativismo.org.br/por-uma-historia-espiralar-do-movimento-lgbtqia-no-brasil/>

SCALA, Jorge. **La ideología del género: o el género como herramienta de poder**. Rosario: Ediciones Logos, 2010.

SILVA, Luna R. F. Terceira idade: nova identidade, reinvenção da velhice ou experiência geracional? **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 18, p. 801-815, 2008. Disponível em: <https://www.scielosp.org/pdf/phyisis/2008.v18n4/801-815/pt>

_____. **Da velhice à terceira idade: o percurso histórico das identidades atreladas ao processo de envelhecimento.** v.15, n.1, p.155-168, 2008b. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702008000100009>

SOLIVA, Thiago. B. Sobre afetos e resistências: Uma análise da trajetória da Turma OK (Rio de Janeiro, Brasil). **Sexualidad, Salud y Sociedad** (Rio de Janeiro), n. 31, p. 57-80, jan. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2019.31.04.a>

TEIXEIRA, Solange Maria. Envelhecimento do trabalhador e as tendências das formas de proteção social na sociedade brasileira. **Argumentum**, vol. 1, núm. 1, julio-diciembre, 2009, pp. 63-77 Universidade Federal do Espírito Santo Vitória, Brasil. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4755/475547530008.pdf>

TEIXEIRA, Kamila C. da S.; GÓIS, João B. H.. Políticas Afirmativas de Emprego no Brasil: o caso do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça (2005-2016). **Trabajo y Sociedad**, Santiago del Estero, Argentina: v XXI, n 35, p 375-397, 2020.

TELES, Maria Amélia de A. **Navegar é preciso, para as políticas públicas chegarem até as mulheres!** In: BRABO, Tânia Suely Antonelli Marcelino (org). Mulheres, gênero e violência. Marília: Oficina Universitária. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

TRINDADE, Mably. A assistência à saúde de pessoas transexuais: aspectos históricos do processo transexualizador no Estado do Rio de Janeiro. 2014. 211 f. Dissertação (**Mestrado em Política Social e Trabalho**) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

_____. Violência Institucional e Transexualidade: desafios para o Serviço. In: **Revista Praia Vermelha**: Estudos de Política e Teoria, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, jan/Jun 2015, p. 209-233.

_____. Em Busca de Reconhecimento: limites e desafios dos Processos de Requalificação Civil de Pessoas Trans no Rio de Janeiro. 2019, 317 f. **Tese (Doutorado em Serviço Social)** Curso de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2019.

_____. Interseccionando Gênero, Raça e Diversidade Sexual: considerações sobre a produção intelectual no Serviço Social Brasileiro. **Trabalho apresentado no Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS)**, 2022.

UCHÔA, Elizabeth; FIRMO, Josélia O. A.; LIMA-COSTA, Maria Fernanda F. de. **Envelhecimento e saúde: experiência e construção cultural. Antropologia, saúde e envelhecimento**, p. 25-36, 2002. Disponível em: DOI: [10.7476/9788575413043.0003](https://doi.org/10.7476/9788575413043.0003)

VERAS, Renato P.; CALDAS, Célia P. Promovendo a saúde e a cidadania do idoso: o movimento das universidades da terceira idade. **Ciências e Saúde Coletiva**, v. 9, n. 2, p. 423-432. 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232004000200018>

VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade** / Viviane Vergueiro. - 2016. 244 f. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/19685> Acesso em 30 nov 2024.

VIEIRA, Priscila F... [et al.]. **Envelhecimento e desigualdades raciais [livro eletrônico]** – 1. ed. – São Paulo: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento Cebrap, 2023. PDF. Disponível em: https://cebrap.org.br/wp-content/uploads/2023/06/desigualdades_envelhecimento_relatorio.pdf

WITTIG, Monique. **El pensamiento heterosexual y otros ensayos**. Madrid, Editorial Egales. 2006.